



**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
LETRAS-LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): LICENCIATURA**

Maceió-AL,  
Janeiro de 2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**FACULDADE DE LETRAS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE**  
**LETRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): LICENCIATURA**

Projeto elaborado com objetivo de adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Letras-LIBRAS e ao Regime Semestral instituído na UFAL a partir de 2006.

**REITOR DA UFAL:**

Eurico de Barros Lôbo Filho

**VICE-REITORA:**

Rachel Rocha de Almeida Barros

**PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO:**

Amauri da Silva Barros

**DIRETORA DA FALE:**

Eliane Barbosa da Silva

**VICE-DIRETOR DA FALE:**

Helson Flávio da Silva Sobrinho

**COLEGIADO DO CURSO:**

**TITULARES – (PRO-TEMPORE)**

Eliane Barbosa da Silva  
Helson Flávio da Silva Sobrinho  
Francisco Jadir Lima Pereira  
Fábio Rodrigues dos Santos  
Kristianny Brandão Azambuja

**REPRESENTANTES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS**

Simone Dornelles Schulze  
Rivanilda Lopes de Araújo

**REPRESENTANTES DISCENTE**

**SUPLENTES**

Maceió-AL,  
Janeiro de 2014

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>DADOS GERAIS .....</b>	<b>4</b>
1.1	Dados de identificação do proponente.....	4
1.2	Dados de Identificação do Curso .....	4
1.3	Portaria de Reconhecimento .....	5
1.4	Dados do coordenador do Curso .....	6
<b>2</b>	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>9</b>
<b>4</b>	<b>JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>10</b>
4.1	O reconhecimento da LIBRAS no Brasil.....	10
4.2	O ensino da LIBRAS no Brasil.....	11
4.3	O ensino da LIBRAS como L1 e L2 .....	13
4.4	O ensino da LIBRAS em Alagoas .....	15
4.5	A área de Letras: concepções .....	17
4.6	Habilidades, competências, atitudes .....	20
<b>5</b>	<b>PERFIS DO EGRESSO E CAMPO DE ATUAÇÃO .....</b>	<b>23</b>
5.1	Perfis do egresso.....	23
5.2	Campo de atuação .....	25
<b>6</b>	<b>PROCESSO SELETIVO .....</b>	<b>26</b>
<b>7</b>	<b>METODOLOGIA DO CURSO DE LETRAS-LIBRAS: LICENCIATURA.....</b>	<b>27</b>
7.1	Organização do material didático.....	27
7.2	Organização estrutural.....	29
<b>8</b>	<b>PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES, TRADUTORES/INTÉRPRETES, GESTORES E CORPO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>30</b>
<b>9</b>	<b>ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA .....</b>	<b>31</b>
9.1	Quadro docente e técnico-administrativo .....	33
<b>10</b>	<b>FREQUÊNCIA .....</b>	<b>34</b>
<b>11</b>	<b>AVALIAÇÃO .....</b>	<b>34</b>
<b>12</b>	<b>AVALIAÇÃO INTERNA DO CURSO .....</b>	<b>36</b>
<b>13</b>	<b>CONTEÚDO/MATRIZ CURRICULAR .....</b>	<b>37</b>
13.1	Núcleos de formação do curso de Letras-LIBRAS: Licenciatura.....	37

13.2	Organização curricular por eixos .....	40
13.3	Ordenamento Curricular .....	41
14	ESTÁGIO SUPERVISIONADO .....	44
15	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC .....	49
16	ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS.....	50
17	EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DO CURSO DE LETRAS-LIBRAS: LICENCIATURA .....	52
17.1	Ementas e bibliografia das disciplinas do eixo de formação básica .....	53
17.2	Ementas e bibliografia das disciplinas do eixo de formação específica .....	61
17.3	Ementas e bibliografia das disciplinas do eixo de formação pedagógica.....	69
17.4	Ementas e bibliografia das disciplinas do eixo de formação optativa/ eletiva.....	84
18	REFERÊNCIAS .....	89
	ANEXO A – PARECER CNE/CES nº 492/2001, DE 03 DE ABRIL DE 2001.....	92
	ANEXO B – RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002.....	97
	ANEXO C – RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002.....	98
	ANEXO D – MINUTA DOS PROJETOS INTEGRADORES.....	101
	ANEXO E – RESOLUÇÃO Nº 2/2009 – FALE, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009 (NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO) .....	103

# PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS-LIBRAS: LICENCIATURA

## 1 DADOS GERAIS

### 1.1 Dados de identificação do proponente

Proponente/Razão Social: Universidade Federal de Alagoas

UF: Alagoas

CNPJ/MF: 24.464.109/0001-48

Endereço: Campus A. C. Simões - Av. Lourival de Melo s/n, Cidade Universitária,  
Maceió-AL

CEP: 57072-970

Telefone: 82 3212-1001

E-mail: [reitoria@ufal.br](mailto:reitoria@ufal.br)

### 1.2 Dados de Identificação do Curso

**IES:** 577 – Universidade Federal de Alagoas

Endereço para correspondência:

Faculdade de Letras - Ufal

BR 104 Km 97 – Campus A. C. Simões

Número: S/N

Complemento: Cidade Universitária

Bairro: Tabuleiro do Martins

CEP: 57072-970

Município: Maceió

Estado: Alagoas

Telefone: 82 3214–1332

*E-mail:* [ufal.fale@gmail.com](mailto:ufal.fale@gmail.com)

**Nome do Curso:** Letras-LIBRAS: Licenciatura

**Título ofertado:** Licenciado em Letras-LIBRAS

**Modalidade:** Ensino presencial

**Regime escolar:** Regime de créditos e semestral

Carga horária total: 3.220 horas

**Prazo de integralização:** mínimo de 4 anos e máximo de 7 anos

**Número de vagas:** 30 vagas anuais no turno matutino

**Local de funcionamento:** Faculdade de Letras - Campus A.C. Simões - Ufal

**Equipe de elaboração do Projeto:** Colegiado *pro-tempore* do Curso – Fale/Ufal

### 1.3 Portaria de Reconhecimento

**PERFIL:** Profissional sensível ao papel social da escola, preocupado com o bem comum e principalmente no que diz respeito ao exercício da cidadania, capaz de lidar de forma crítica com as linguagens em várias modalidades, sobretudo visuogestual, atento às variedades linguísticas e culturais, capaz de gerenciar seu desenvolvimento profissional e de resolver problemas em contextos novos, de acordo com as demandas sociais, e dotado de conhecimento pedagógico que o habilite a aperfeiçoar sua prática pedagógica e a participar do projeto educativo da instituição de ensino.

**CAMPO DE ATUAÇÃO:** Tendo por base uma formação que articula ensino, pesquisa e extensão relativamente aos conhecimentos linguísticos e literários da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras, os espaços de atuação do licenciado em Letras estão mais diretamente voltados para a atuação como professor nas séries finais do ensino fundamental e do ensino médio, nos domínios público e privado, em escolas e cursos de línguas, e, nesse caso, especificamente, em Instituições de Ensino Superior – IES. Há ainda a possibilidade de atuação deste profissional na revisão de textos, desenvolvimento e análise de material didático e de técnicas pedagógicas para o ensino de língua(s) e respectiva(s) literatura(s), elaboração de proposta curricular no seu campo de atuação, assessoria cultural, crítica linguística e literária, dentre outros que envolvam a língua/linguagem/discurso, em termos de sua estrutura, funcionamento, manifestações culturais e sócio-históricas.

## 1.4 Dados do coordenador do Curso

Identificação:

**Nome:** Eliane Barbosa da Silva

SIAPE: 2316139

CPF: 894.869.434-00

RG: 2001001104793/ SEDS AL

Telefone: 82 9341-1420

*E-mail:* [elianebsilva@uol.com.br](mailto:elianebsilva@uol.com.br)

Formação Acadêmica:

Doutora em Letras e Linguística – Fale/PPGLL – Ufal

Graduação: Licenciatura em Letras: Português-Espanhol – Ufal

Experiência Acadêmica:

Professora Adjunta da Fale/Ufal (2006)

Professora Substituta da Ufal (2000–2002)

Professora de Espanhol da Semed/Maceió-AL (1997–2006)

## 2 APRESENTAÇÃO

Este documento tem por objetivo apresentar o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Letras - Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: Licenciatura na modalidade presencial para atender à demanda da formação de professores em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a despeito da formação de docentes para o ensino de LIBRAS em séries finais do ensino fundamental e ensino médio e à demanda social, bem como para garantir a acessibilidade, conforme previsto na Lei nº 10.048 e seu Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

Entre as principais disposições legais que nortearam as reflexões realizadas no âmbito da elaboração deste Projeto Político-Pedagógico, cita-se a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e os atos normativos dela originados, em

especial, os Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1363/2001 e a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior”, e a CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que estabelece a “duração da carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena”.

Definindo currículo como todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integralizam um curso, sem abandonar o conceito de disciplinas, mas aliando a elas a possibilidade de formação também através de atividades acadêmicas extracurriculares que venham a contribuir para a aquisição de habilidades e competências necessárias à formação do profissional, o Parecer CNE/CES nº 492/2001 propõe que os Cursos de Letras sejam organizados com flexibilidade. Essa flexibilidade se dá através da estruturação dos cursos de maneira a (i) facultar opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho; (ii) oportunizar o desenvolvimento de habilidades que propiciem o alcance de competência na atuação profissional; (iii) priorizar uma pedagogia centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno; (iv) promover a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e com programas de pós-graduação; (v) propiciar a autonomia universitária através da responsabilização da definição do perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio pela Instituição de Ensino Superior.

O presente Projeto Político-Pedagógico é desenvolvido em consonância com a política inclusiva proposta pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC e pelo Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. Esse documento visa à efetivação das prerrogativas da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da Organização das Nações Unidas – ONU, ratificado em nosso país com equivalência de emenda constitucional. Segundo o referido Plano Nacional, uma das metas a ser alcançada é a implementação de 27 cursos de Letras-LIBRAS: Licenciatura nos próximos anos. Ação que já foi iniciada em algumas Universidades do país, como a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, pioneira no projeto em 2006, ampliando seu alcance em 2008, com a adesão de 18 polos ao redor do país na modalidade à distância, como também, a Universidade Federal de Goiás – UFG, em 2008, a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em 2012, entre outras.



Com a possibilidade de expansão da oferta de cursos na UFAL, por meio do Plano Nacional “Viver sem Limites”, a FALE-UFAL, em reunião de Conselho, aprovou a criação do curso de Letras-LIBRAS: Licenciatura numa proposta que visa à ampliação de profissionais com formação linguística, social, política e cultural na área correspondente e que atenda à demanda local interessada e as diretrizes legais estabelecidas. Desse modo, considera-se, inicialmente, por decisão da FALE, uma oferta anual de 30 vagas no período matutino no Campus de Maceió – A. C. Simões, cuja porcentagem de 50% das vagas será destinada, prioritariamente, para pessoas surdas, dado o índice considerável de surdos na Região e as determinações do Cap. IV do Decreto nº 5.626.

O curso terá duração mínima de 8 semestres e máxima de 14 semestres, com carga horária de 3.220 horas, e atenderá à proposta de Educação Bilíngue sustentada pelo MEC, disponibilizando, quando necessário, no ambiente instrucional, os serviços de Tradução e Interpretação da LIBRAS para o Português e vice-versa, oferecendo os conteúdos da formação nas línguas maternas dos alunos acolhidos, sendo elas LIBRAS ou Português.

Com base no Parecer CNE/CES nº 08/2007, que norteia a configuração da carga horária máxima dos cursos de graduação no país, justificamos a necessidade de que o curso de Letras – LIBRAS: Licenciatura tenha flexibilidade máxima de 7 (sete) anos de duração, considerando que o curso tem uma dinâmica própria, de acordo com as exigências e características da área das linguagens e das necessidades específicas, nesse aspecto, por se tratar de um curso de educação bilíngue que atenderá pessoas com deficiência auditiva comprovada.

O Projeto Político-Pedagógico do curso de Letras-LIBRAS: Licenciatura busca estar em harmonia com as resoluções da Universidade Federal de Alagoas, mais especificamente por meio da Resolução nº 32/2005 – CEPE, de 14 de dezembro de 2005 – que estabelece os componentes curriculares comuns aos cursos de formação de professores da UFAL –, bem como atender às determinações do Conselho Nacional de Educação, por meio de suas resoluções, diretrizes e pareceres.

### 3 OBJETIVOS

O curso de Letras-LIBRAS: Licenciatura, em consonância com o Decreto nº 5.626/05 e com o capítulo IV da LDB, objetiva, de modo geral, produzir e divulgar conhecimento específico da LIBRAS na relação com as áreas da língua, cultura e literatura, buscando disponibilizar os meios que possam contribuir para a capacitação do futuro professor integrado à sociedade através da formação de um profissional competente, crítico e criativo. Num contexto mais amplo, o curso apresenta os seguintes objetivos:

- Formar diplomados na área do ensino da LIBRAS, como primeira e segunda língua, aptos para atuar interdisciplinarmente, como multiplicador de conhecimentos, em áreas afins, bem como para a inserção em setores profissionais bilíngues e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, em particular, da comunidade linguística usuária da LIBRAS;
- Aprimorar o conhecimento e o uso da língua objeto de estudos - LIBRAS, em termos de suas características culturais, estruturais e funcionais, mantendo-se atento às variedades linguísticas e culturais;
- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, situando o sujeito na problemática local e global e estabelecendo uma relação de reciprocidade com a sociedade;
- Colaborar na formação contínua do profissional em formação, por meio de projetos de pesquisa e extensão na esfera da graduação e da pós-graduação, promovendo a participação social e visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da língua de sinais bem como de suas peculiaridades, articulando o sujeito com o meio em que vive;

## **4 JUSTIFICATIVA**

### **4.1 O reconhecimento da LIBRAS no Brasil**

O movimento histórico das pessoas com deficiência, no Brasil, tem sido marcado por constantes desafios que vêm resultando em conquistas significativas em prol da efetivação de direitos sociais. Segundo o Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 45 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência. Desse total, 2.147.366 milhões apresentam deficiência auditiva severa. Trata-se, portanto, de um contingente considerável que foi reconhecido por suas especificidades, sendo a comunicação a de maior relevância.

Após a Constituição de 1988, diversas iniciativas foram implementadas pelo Poder Público para promover a inclusão e o acesso à educação, ao trabalho, à saúde, ao lazer e, sobretudo, à informação e à comunicação. No que se refere à pessoa surda ou com deficiência auditiva, destaca-se a sanção da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências a ela relacionadas. Essa lei, conhecida como Lei de LIBRAS, foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05, que conferiu a ela maiores detalhes acerca das ações a serem desenvolvidas para o cumprimento das disposições constitucionais brasileiras. Esses documentos legais marcam um avanço no processo de educação de surdos e na promoção da Língua Brasileira de Sinais, afirmando mudanças no currículo educacional e nos sistemas de ensino, desde a educação básica até o ensino superior, além de prever iniciativas que envolvem outros âmbitos da sociedade.

Este Projeto Político-Pedagógico está desenvolvido em consonância com as determinações da Lei e do Decreto supracitados que disciplinam a oferta da Educação Bilíngue para surdos num período exíguo para o desenvolvimento e difusão da LIBRAS, assim como com a preocupação de formar profissionais que consolidem a proposta teórica e metodológica dessa abordagem.

O Estado de Alagoas deu o seu primeiro passo ao instituir a Lei nº 6.060/98, antecipando o reconhecimento da LIBRAS como língua da comunidade surda e a inserção da Língua de Sinais no processo de ensino-aprendizagem das escolas públicas do Estado, demandando: a) a certificação e/ou capacitação para o ensino

da LIBRAS e para a tradução e a interpretação da LIBRAS e do Português; b) a formação continuada de professores em Educação e Surdez; c) a criação do Centro de Formação de Profissionais da Educação Capacitação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS. Tais iniciativas visam transformar o cenário local e nacional, abrindo as portas das escolas para um público, até então, desacreditado, exigindo, entretanto, profissionais qualificados.

Em âmbito nacional, é possível constatar, de acordo com a Norma Técnica nº 65/2012/MEC/SECADI/DPEE que o número de matrículas de estudantes com surdez e com deficiência auditiva passou de 56.024, em 2003, sendo 19.782 em escolas comuns (36%), para 72.616, em 2011, sendo 57.164 em escolas comuns de ensino (78%). Esse índice de crescimento atinge a média 116% no número de matrículas em escolas comuns de ensino regular.

Além desses dados, no Ensino Superior, também se observa um aumento na matrícula de estudantes com surdez. De acordo com o Censo da Educação Superior (MEC/INEP), em 2007, foram registradas 444 matrículas. Em 2010, o número cresceu para 2.167, registrando um salto de 388%. É importante ressaltar que esse número ainda conta com uma participação pequena das instituições públicas, pois, nos últimos dados, aproximadamente 3/4 das matrículas foram realizadas em instituições privadas. No entanto, outras iniciativas já previstas tendem a reverter esse quadro.

#### **4.2 O ensino da LIBRAS no Brasil**

A proposta do MEC em oferecer uma Educação Bilíngue para surdos visa, dentre outras razões, à garantia do acesso aos conteúdos escolares na primeira língua naturalmente adquirida. Para que isso fosse possível, certas medidas foram e continuam sendo tomadas, sendo algumas delas de caráter provisório e outras definitivas. A meta estabelecida pelo Decreto nº 5.626 prorroga um período de 10 anos, a partir da data de publicação, para o cumprimento dos pontos por ele pautados, mobilizando as instâncias governamentais na direção da implementação dos ajustes devidos. Uma das prerrogativas de caráter efetivo e obrigatório é a inclusão da disciplina LIBRAS no currículo de diversos cursos das Instituições de Ensino Superior - IES, de acordo com o capítulo II do Decreto nº 5.626:

A LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Acrescenta ainda que ela deve ser disposta como disciplina optativa para os demais cursos de Educação Superior e de Educação Profissional, expandindo a demanda que ainda carece de profissionais qualificados para atendê-la. Só na Universidade Federal de Alagoas, são cerca de 29 cursos de licenciatura oferecidos, número que se multiplica com a solicitação dos demais cursos, o que tem gerado uma carência de profissionais que correspondam aos critérios da área, visto que o número atual de docentes contratados ainda é bastante limitado para atender à crescente demanda.

Todas as IES se encontram em processos semelhantes a esse, por isso, ao passo que a disciplina vai ampliando sua oferta, centenas de profissionais necessitarão ser capacitados por meio de formação de nível superior. A criação do curso de Letras-LIBRAS é uma das iniciativas previstas em Lei que visa atender à crescente demanda por professores e pesquisadores em Língua de Sinais. Iniciado em 2006, pela UFSC, o curso contou com a parceria, por meio da Universidade Aberta do Brasil, de 18 IES públicas de diversos Estados. Cerca de 1.350 alunos foram matriculados nas duas primeiras ofertas. Outros cursos de Letras-LIBRAS também foram criados com o objetivo de contemplar a realidade local de cada Estado que o implementa. O MEC, no âmbito do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite, tem como meta a criação de 27 cursos de Letras-LIBRAS em instituições federais de ensino superior até 2014, com o objetivo de fortalecer e expandir as ações nessa área.

Dentre as ações emergenciais, enquadra-se o exame nacional de Proficiência em LIBRAS – PROLIBRAS, que certifica profissionais que já atuam no ensino e na tradução/interpretação da LIBRAS sem formação específica na área. Esse exame é promovido pelo Governo Federal através da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas “Anísio Teixeira” – INEP. Essa iniciativa tem como objetivo o atendimento à carência gerada pela implementação da LIBRAS nas IES e pela efetivação do direito ao acesso à Educação Bilíngue por parte dos alunos surdos. Porém, com a

instauração e ampliação dos cursos de Letras-LIBRAS, o PROLIBRAS chegará ao seu término previsto para 2016.

Atualmente, na rede pública, alguns governos estudam a possibilidade de adicionar a LIBRAS no conteúdo escolar da educação básica. Na rede privada, já é possível encontrar algumas escolas que optam pelo ensino da LIBRAS no seu currículo escolar. A adição deste conteúdo já é autorizada e qualquer escola pode implementar, com a condição de que haja profissional que atenda às demandas existentes. Assim, a necessidade de profissionais capacitados será ainda maior.

O campo de estudos e trabalho é vasto e requer uma concentração científica, em nível de graduação e pós-graduação, que acompanhe os avanços e nuances postos em prática tanto no ensino da LIBRAS como primeira língua para criança surdas, como no ensino da LIBRAS como segunda língua para os interessados em adentrar na área.

#### **4.3 O ensino da LIBRAS como L1 e L2**

A formação de professores para o ensino da LIBRAS atende a uma realidade que vai além das exigências impostas para as Instituições de Ensino Superior. De acordo com a Lei nº 10.436, a LIBRAS é “a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”. Nesse sentido, compreende-se que a criança surda tenha como língua materna a LIBRAS.

Entende-se, como princípio, que a LIBRAS faz parte da cultura surda e, assim como qualquer outra língua, é carregada de significação social, permite a troca de informações e ideias, veicula discursos, expressa subjetividades e também identidades. A Língua de Sinais, portanto, ultrapassa os objetivos de uma simples comunicação e se constitui na expressão da identidade de uma comunidade (SKILAR, 1997).

As constatações que reafirmam a importância da aquisição da Língua de Sinais pela criança surda são provenientes de pesquisas que comprovam o *status* linguístico das Línguas de Sinais e apontam suas peculiaridades para com os seus usuários. Teoricamente, o reconhecimento desse *status* para as línguas de modalidade visuoespacial tiveram sua origem nas pesquisas de William Stokoe, por

volta de 1960, acerca da Língua de Sinais Americana (ASL). A partir desse fundamento, inúmeras pesquisas ganharam espaço acadêmico nos Estados Unidos, no Brasil e no mundo (QUADROS, 2006).

Tal fundamento teórico defende que, se a criança tem perda significativa no canal auditivo, o canal naturalmente apropriado para o desenvolvimento da linguagem é a visão. Há, portanto, uma distinção entre as línguas no quesito modalidade, classificando-as como: orais-auditivas e visuoespaciais. Nesse sentido, faz-se necessário que haja acesso às informações linguísticas no canal biologicamente favorável.

O processo de interação, no qual toda criança adquire sua primeira língua, ocorre, em princípio, em casa, na inter-relação com falantes da língua em comum. Para a criança surda, esse aspecto é problemático, pois segundo Goldfeld (1997), 90% dos pais dessas crianças são ouvintes, ou seja, falantes do Português, língua oral-auditiva, o que dificulta o processo de aquisição da língua visuoespacial.

Muitas crianças surdas só aprendem a língua de sinais no ambiente escolar, devido ao favorecimento proporcionado pela Educação Bilíngue. Na classe regular, seu envolvimento se dá com os profissionais tradutor/intérprete de LIBRAS, com o professor e com a comunidade escolar em geral. Desde que haja profissional fluente e habilitado, o MEC sugere o Atendimento Educacional Especializado – AEE em turno alternativo para complementar as especificidades desse processo educacional, que pode agregar o papel de ensino da LIBRAS como primeira língua – L1. Cabe também às escolas e ao serviço público oferecer o ensino da LIBRAS para os familiares e para a comunidade interessada. Nesse caso, a maioria desses alunos são ouvintes que aprenderão a Língua de Sinais como uma segunda língua – L2.

O processo de ensino-aprendizagem de L1 e L2 requer metodologias específicas que exigem uma formação reflexiva acerca da prática exercida, visto que contribui substancialmente para um melhor desempenho do desenvolvimento da linguagem da criança que tem a LIBRAS como sua forma legal de expressão e comunicação. Desse modo, o professor de Letras-LIBRAS terá como base na sua formação os requisitos necessários para o atendimento à diversidade dos sujeitos inseridos nesse processo.

#### 4.4 O ensino da LIBRAS em Alagoas

Em Alagoas, além das salas de recurso que devem oferecer AEE, o Centro Público de Referência no Atendimento Especializado é o Centro de Atendimento ao Surdo – CAS, que recebe um público vindo de vários municípios do Estado e dispõe de diversos tipos de atendimento para surdos e para a comunidade em geral, tais como: oficinas de linguagem para crianças, jovens e adultos surdos, cursos de formação para professores, curso de capacitação de profissionais, cursos de LIBRAS para familiares e para a comunidade em geral, dentre outros. Vale ressaltar que no CAS as crianças recebem atendimento em sua primeira língua, mas, por ser o único centro especializado do estado de Alagoas e pelo pequeno número de profissionais capacitados, não suporta a demanda recorrente.

Nessa instituição, desde o segundo semestre de 2011, cerca de 1.882 vagas para cursos de LIBRAS foram ocupadas. Os dados da Instituição revelam que a procura tem aumentado a cada ano. Além do CAS, outras instituições públicas e privadas também oferecem o ensino da Língua Brasileira de Sinais. O que se observa, no entanto, é que boa parte desses profissionais que atuam no ensino da LIBRAS como segunda língua não possuem formação específica na área em nível de graduação.

No trabalho de aquisição de LIBRAS como primeira língua para crianças surdas, o número de professores formados e habilitados para desempenhá-lo é irrisório. A maioria dos professores que desempenha essa tarefa são ouvintes e boa parte desse quadro não apresenta um domínio satisfatório da LIBRAS. Atualmente, Maceió conta com um sistema público educacional inclusivo para surdos, chamadas de Escolas-polo. A capital conta com apenas 8 (oito) escolas-polo (entre estaduais e municipais), localizadas em pontos estratégicos por não haver um número de profissionais suficiente para atender a demanda que necessita de atendimento especializado e acesso educacional em LIBRAS.

No nível superior, a disciplina de LIBRAS começou a ser inserida com a iniciativa do curso de Formação de Oficiais (CFO), em meados de 2007. No ano seguinte, o Centro Universitário CESMAC deu continuidade ao processo de implementação da disciplina na matriz curricular dos cursos de licenciatura. Seguindo o exemplo e as recomendações previstas no Decreto nº 5.626, outras



IESs também o fizeram, inclusive a UFAL, em 2009. Hoje, a UFAL conta com cerca de 29 (vinte e nove) cursos no qual a disciplina é obrigatória. Porém, além desses cursos, aqueles que não se enquadram na obrigatoriedade devem dispor da disciplina de modo eletivo, segundo o Parágrafo 2º do Capítulo II desse mesmo Decreto, que diz que “A LIBRAS constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto”. Desse modo, temos um total de 84 (oitenta e quatro) cursos de graduação para atender com a oferta da LIBRAS em toda a Ufal.

Nesse contexto acadêmico, o ensino de LIBRAS na Ufal também se dá como Projeto de Extensão, num viés pioneiro, através da Casa de Cultura de LIBRAS. Tal projeto iniciou-se em 2010 sob a coordenação do Prof. Daniel Paes de Albuquerque, adotando a denominação de Casa de Cultura e Expressão Visuogestual Miralles – (CCEV), cujo objetivo principal é estimular e difundir o estudo da Língua Brasileira de Sinais e a expressão cultural das comunidades de surdos a ela associada, por meio do ensino dessa língua à população interessada. Atualmente, o projeto é coordenado pelo Prof. Fábio Rodrigues dos Santos em parceria com a Casa de Cultura Luso-brasileira, a convite da Profa. Fabiana de Oliveira. O curso possui uma única turma assumida pelo professor-coordenador do projeto que está prevista para ser concluída em dezembro de 2013, sendo a primeira turma do estado com um certificado de curso regular de LIBRAS.

É notória a proporção inversa entre demanda e número de profissionais com formação específica para assumir as atribuições supracitadas, sobretudo quando se considera a qualificação do trabalho que vem sendo desenvolvido na área. Para tanto, é indispensável refletir sobre essa formação e desenvolver, com a contribuição da academia, um processo de identificação, reconhecimento e aprimoramento dos estudos que englobam a construção social, linguística e educacional da pessoa surda do nosso estado.

Assim, entendemos que a implantação e a fomentação do ensino de LIBRAS na Universidade, através do curso de graduação em Letras-LIBRAS: Licenciatura, e a sua estreita relação com a extensão e a pesquisa em âmbito acadêmico e o diálogo com a sociedade contribuirão significativa e positivamente com a formação de professores com formação específica nessa área.

#### 4.5 A área de Letras: concepções

Pode-se falar de dois grandes modelos teóricos de interpretação da linguagem humana, que foram desenvolvidos a partir do surgimento da Linguística no começo do século XX: um que entende a língua numa concepção formalista e outro que a entende numa perspectiva social/cultural ou social/discursiva. Esses modelos se distinguem da concepção tradicional, que identifica o estudo da linguagem com o estudo da gramática.

Os estudos dos filósofos gregos caracterizavam-se pela preocupação filosófica, cujo objetivo era perpetuar o patrimônio literário grego. Eles perpetuaram, portanto, uma visão ideológica, elitista e normativa dos estudos de linguagem. Essa concepção persiste até hoje na forma como muitos professores ainda concebem o ensino de língua, confundido com o ensino de gramática descritiva e normativa. A visão normativa da linguagem considera que tudo o que foge à norma padrão é inferior ou não é um fato linguístico legítimo.

A partir do paradigma estruturalista, inicia-se uma nova etapa nos estudos da linguagem. O estruturalismo, tanto na Europa a partir de Ferdinand de Saussure, como nos Estados Unidos a partir de Leonard Bloomfield, caracteriza-se pela centralização em torno da concepção sistêmica da língua, vista como uma entidade abstrata.

Inspirado no racionalismo e na tradição lógica dos estudos da linguagem, o gerativismo de Chomsky entende a língua como “objeto biológico” e propõe uma teoria linguística que satisfaça as condições de adequação descritiva, isto é, oferecer uma descrição das propriedades das línguas particulares, entendidas como o sistema de conhecimento internalizado do falante; e de adequação explicativa, isto é, depreender como cada língua particular pode ser derivada de um estado inicial, geneticamente determinado. O que caracteriza o programa da Gramática Gerativa é a sua natureza mentalista/internalista.

Sob a égide do estruturalismo, desenvolveram-se escolas distintas: a formalista, que propõe uma visão da língua enquanto sistema formal; e a funcionalista de várias tendências, que considera as funções como constitutivas da língua.

Numa posição que visa a ultrapassar a concepção de língua como sistema (estruturalismo) e como conhecimento individual e interno (gerativismo), diferentes abordagens dedicam-se ao estudo da relação entre os aspectos linguísticos e os sociais. Elas diferem entre si quanto à interpretação que dão à natureza dessa relação através da variação (Sociolinguística Laboviana), da interação qualitativa (Sociolinguística Interacional), do enunciado como unidade de análise (Teorias da Enunciação e da Pragmática), do texto como unidade de análise (Linguística textual) e do discurso (as diferentes análises do discurso: a Análise do Discurso de linha francesa – AD, a Análise do Discurso Bakhtiniana, a Análise Crítica do Discurso, a Análise Semiótica do Discurso, para citar algumas das vertentes principais).

A análise do discurso agrega uma concepção teórica e uma práxis de interpretação, que entende a língua e a linguagem como resultados de processos históricos, logo, como prática de sujeitos. Através do discurso que reflete/refrata uma realidade social, o sujeito imprime sua marca na cotidianidade.

No quadro específico da aquisição de linguagem e da aprendizagem de línguas, duas perspectivas de estudo se distinguem: aquelas das Teorias da Aquisição e aquela da Linguística Aplicada.

A área da aquisição de linguagem tradicionalmente dedica-se à investigação da aquisição da língua materna, podendo assumir uma perspectiva inatista ou sociointeracionista. Os estudos sobre a aquisição da escrita também têm tido um lugar de destaque nas pesquisas da área.

A Linguística Aplicada trabalha numa perspectiva inter/transdisciplinar questões sociais que têm como foco a linguagem. Sua atuação no ensino e na aprendizagem de línguas apresenta proposta híbrida, tanto teórica como metodológica, visando a contribuir para a transformação das práticas.

De forma análoga, também a Literatura sofreu várias mudanças nos seus paradigmas de análise. Saiu de uma abordagem meramente periodista e passou a ocupar-se com o estudo das diferentes organizações discursivas e textuais das obras literárias, a partir de perspectivas variadas, como a filosófica, histórica, semiótica, entre outras. Se, no passado recente, o estudo da literatura se reduzia a um desfile de autores e obras dispostos em rigorosa cronologia, sem que se fizesse inter-relação entre estilos, procedimentos e gêneros, hoje se pede muito mais do que isso: a compreensão de obras e de autores e de comportamentos de escrita sempre de acordo com vieses teórico-interpretativos capazes de integrar conhecimento do

universo literário a atitudes críticas, que devem, em qualquer instância, iluminar o artefato literário no que os textos manifestam em sua realização como construção<sup>1</sup>.

Além disso, e em consonância ao que foi já dito, em tempo de multiculturalismo, avultam as pesquisas que enfocam e privilegiam o campo cultural do fazer literário, como ocorre no âmbito dos estudos culturais, da crítica feminista e da ecocrítica, sem abandonar a pesquisa formal responsável pela detecção, no texto, de seus componentes básicos e estruturais de organização artística.

O ensino da literatura, no ensino médio, ainda se ressentido de certo anacronismo, por não discutir o caráter de construção do texto na sua íntima relação com os temas e com os grupos sociais dos quais fazem parte os textos efetivamente produzidos. Minimizando a compreensão da literatura como trabalho e produção, em geral, ainda se mantém, nesse nível de ensino, a ilusão de que o texto é resultado de um capricho de eleitos e que, para melhor fruí-lo, basta entrar em contato com o cânon e com a decifração de recursos retórico-estilísticos, como se estes não participassem também de outras modalidades de gêneros textuais, como o texto jornalístico, o científico, o religioso, entre outros, não sendo, pois, tais recursos elementos de discriminação do literário. O importante é ver em que sentido a literatura tem de particular, seus processos formais de significação, e em que aspecto ela se articula com os demais gêneros textuais e com a própria existência concreta dos homens em sociedade.

A literatura está longe, por conseguinte, de ser um gênero discursivo à parte, pois, nas mais diversas situações cotidianas, entramos em relação direta com manifestações artísticas e com o imaginário, de que são exemplos o teatro de rua, a telenovela, a história em quadrinhos, as adivinhas, entre outras linguagens e outros instrumentos midiáticos. Na atualidade, não se pode mais desconsiderar a força do meio eletrônico, que convive com o livro de papel e tinta. Isso só comprova que o “direito à literatura” — expressão feliz de Antonio Candido — é um dado permanente na vida diária, da mais elitizada a mais humilde, razão por que falar em arte, em qualquer uma de suas manifestações, é ainda falar do homem e da sociedade que o abriga.

---

<sup>1</sup> Nesse sentido, Antonio Candido defende a ideia de que a integralidade da leitura da obra literária só se dá quando, além da fruição dos temas e da percepção da expressão subjetiva de quem escreveu o texto, é reconhecida a dimensão de organização estrutural desse texto, a qual faz, por exemplo, que determinado tema ou assunto seja entendido ou apreciado ao serem entendidas e avaliadas as suas formas de realização estética.

A velocidade da vida diária na contemporaneidade não atenuou a relação com o imaginário e com a importância que deve assumir a literatura; apenas alterou as formas de percepção e os modos de propagação e de produção do texto literário, obrigando o crítico a rever constantemente seus critérios de análise, seus conceitos, todos em constante mutação, situação que faz voltar o olhar, afirmativamente, para a comunidade de leitores, cuja formação é compromisso do ensino, em qualquer nível.

Os embates mencionados entre os paradigmas de estudo das línguas, em sua manifestação ordinária ou artística, apontam para a necessidade de os profissionais reconhecerem a provisoriade das múltiplas posições em que sua área está colocada, em função das múltiplas mudanças discursivas que constituem a própria sociedade. Sob tal ótica, coloca-se como trabalho do professor o questionamento e a interrogação permanentes das "grandes narrativas filosóficas e científicas", visando desestabilizar o discurso único.

Nessa perspectiva, a prática específica de quem trabalha com a língua/linguagem exige saberes estreitamente ligados à área de estudo. A área de LIBRAS dispõe de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento sobre ensino e sobre aquisição que articulam diferentes contribuições da Linguística e da Educação. Para citar exemplos, no âmbito da profissão docente, a área já desenvolve pesquisas sobre temas como: o professor e sua relação com as propostas teóricas da Linguística e da Literatura veiculadas nos materiais didáticos; o professor e sua relação com as propostas curriculares para o ensino de língua como L1 e L2 e de literatura; o professor e sua relação com o livro didático de língua materna e de língua estrangeira; o professor de língua/literatura como pesquisador.

Além disso, a articulação entre teoria e prática já referida se efetiva concretamente através desses conhecimentos específicos da área de estudos. Sem isso, os saberes permaneceriam estanques e pouco relacionados com o exercício específico da docência nas disciplinas.

#### **4.6 Habilidades, competências, atitudes**

As Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – dos diferentes níveis de ensino e uma série de outros documentos oficiais referentes à educação no Brasil têm colocado, em consonância com uma tendência mundial, a necessidade de centrar o ensino e aprendizagem no desenvolvimento de

competências e habilidades por parte do aluno, em lugar de centrá-lo no conteúdo conceitual.

Segundo Perrenoud (1999), não existe uma noção clara e partilhada das competências. Pode-se entender competência como a capacidade de mobilizar conhecimentos a fim de se enfrentar uma determinada situação. Merece destaque aí o termo “mobilizar”, pois a competência não é o uso estático de regras aprendidas, mas uma capacidade de lançar mão dos mais variados recursos, de forma criativa e inovadora. A competência implica uma mobilização dos conhecimentos e esquemas que se possuem para desenvolver respostas inéditas, criativas, eficazes para problemas novos. Diz Perrenoud que "uma competência orchestra um conjunto de esquemas. Envolve diversos esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação".

O conceito de habilidade também varia de autor para autor. Em geral, as habilidades são consideradas como algo menos amplo do que as competências. Assim, a competência estaria constituída por várias habilidades. Entretanto, uma habilidade não "pertence" a determinada competência, uma vez que uma mesma habilidade pode contribuir para competências diferentes.

A direção do foco do processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de habilidades e competências implica em ressaltar que essas habilidades e competências precisam ser vistas, em si, como objetivos de ensino. Em outras palavras, é preciso que se ensine a comparar, classificar, analisar, discutir, descrever, opinar, julgar, fazer generalizações, analogias, diagnósticos, entre outras coisas. Caso contrário, o foco tenderá a permanecer no conteúdo e as competências e habilidades serão vistas de modo minimalista.

Isso significa que, no tocante à formação do profissional que deve lidar com o ensino de línguas, o domínio de conhecimentos teóricos sobre o funcionamento e uso das línguas e literaturas não é suficiente. Esse processo meramente informativo que dá ênfase na reprodução do já sabido, memorização temporária de conhecimentos, sem maior significado, uma vez que não se dá relevo à compreensão, não deve caracterizar o processo formativo do professor de LIBRAS.

O formando deve aprender a compreender os fenômenos e não a memorizar elementos cujo alcance e significado desconhece dentro do domínio do conhecimento linguístico. Não se está negando a importância das informações, mas se está mostrando que sua aquisição deve estar direcionada para a compreensão.

A renovação tecnológica acelerada e a velocidade de produção e circulação de informações levam a pensar que, no momento, a educação deve produzir no aluno uma capacidade de continuar aprendendo. Não se trata mais de acumular informações, mas de operar com conteúdos de forma crítica e responsável.

O Curso de Letras-LIBRAS: Licenciatura está sendo pensado, portanto, na perspectiva de que a graduação deve ser prioritariamente formativa e não simplesmente informativa. Isso significa que não é um curso que vise, exclusivamente, a desenvolver uma boa proficiência na língua, mas um curso que possibilite o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre os fatos linguísticos, através da análise, da descrição, da interpretação e da explicação, à luz de uma fundamentação teórica pertinente, tendo em vista, além da formação de usuário da língua e de leitor de mundo, a formação de profissionais aptos a ensinar essas habilidades.

É importante destacar que não se está entendendo aqui competência como um conceito fechado e dado a priori. Mas de uma competência contingenciada por demandas gerais da sociedade brasileira e específicas da Universidade e do próprio curso. Na atual contingência, essa macro-competência está em conformidade com o marco referencial do projeto e envolve as seguintes habilidades:

- a) Gerais
  - Proficiência em suas produções linguísticas na língua de sinais em estudo;
  - Raciocínio lógico, análise e síntese;
  - Desempenho eficaz em nível de compreensão das duas línguas envolvidas, a saber, LIBRAS e Língua Portuguesa;
    - Leitura e escrita, numa perspectiva da produção de sentido e compreensão de mundo;
    - Utilização de metodologias de investigação científica;
    - Assimilação, articulação e sistematização de conhecimentos teóricos e metodológicos para a prática do ensino da LIBRAS como L1 e L2;

b) Específicas

- Descrição e explicação de características fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas de variedades da língua de sinais em estudo;
- Percepção de diferentes contextos interculturais;
- Compreensão, à luz de diferentes referenciais teóricos, de fatos linguísticos e literários, tendo em vista a condução de investigações sobre a linguagem e sobre os problemas relacionados ao ensino-aprendizagem de língua;
  - Capacidade de reflexão analítica e crítica sobre a LIBRAS como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico das comunidades surdas no Brasil;
  - Compreensão da LIBRAS em âmbito literário e suas especificidades enquanto literatura visuoespacial;
    - Compreensão acerca da escrita da L1 e da L2, a saber: LIBRAS e Língua Portuguesa, respectivamente.
    - Compreensão de aspectos de tradução e interpretação no tocante à relação inevitavelmente bilíngue: LIBRAS/Português, Português/LIBRAS;
    - Relação do texto literário com problemas e concepções dominantes na cultura do período em que foi escrito e com os problemas e concepções do presente;
    - Compreensão e aplicação de diferentes teorias e métodos de ensino que permitem a transposição didática do trabalho com a língua e suas literaturas, para os níveis de educação nos quais for atuar: educação infantil, nível fundamental, ensino médio e superior.

## **5 PERFIS DO EGRESSO E CAMPO DE ATUAÇÃO**

### **5.1 Perfis do egresso**

O aluno egresso do Curso de Letras-LIBRAS: Licenciatura estará apto para exercer a docência nas séries finais do ensino fundamental e ensino médio, de acordo com o capítulo III, Art. 4º, do Decreto nº 5.626, pautada nas concepções atuais da educação e Estudos surdos. Portanto, considerando as habilidades e competências a serem desenvolvidas durante a formação do professor de LIBRAS,



em conformidade com as contingências sociais e acadêmico-científicas da área e com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Letras, espera-se desse profissional o seguinte perfil:

- Domínio das habilidades linguísticas de compreensão (escrita e sinalizada) e expressão (escrita e sinalizada) em situações de comunicação diversas;
- Aptidão no que diz respeito à seleção e elaboração de materiais de ensino-aprendizagem de LIBRAS como L1 e como L2, levando em conta a diversidade da demanda interessada;
- Conhecimento acerca de metodologias de ensino-aprendizagem direcionadas para o ensino de LIBRAS como L1 e L2;
- Capacidade de pautar-se nos valores da educação multicultural que possibilitem a comunicação internacional e o respeito entre as diferentes culturas;
- Formação humanística, teórica e prática;
- Capacidade para atuar em escolas e centros das redes pública ou privada conforme as exigências pedagógicas atuais;
- Capacidade de operar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística, literária e cultural;
- Atitude investigativa indispensável ao processo contínuo de construção do conhecimento na área;
- Postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador;
- Conhecimento dos diferentes usos da língua de sinais em estudo e sua gramática;
- Conhecimento crítico de um repertório representativo de literatura da língua em estudo;
- Capacidade de analisar, descrever e explicar, a estrutura e o funcionamento da língua de sinais, discursivamente, a partir de pontos de vista teóricos fundamentados;
- Capacidade de analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre língua e literatura;
- Capacidade de formar leitores e produtores proficientes de textos de diferentes gêneros e para diferentes propósitos;

- Domínio da língua brasileira de sinais, em termos de estrutura, funcionamento e manifestações culturais;
- Capacidade de atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- Posicionamento crítico acerca de novas tecnologias e conceitos científicos;
- Conhecimento dos métodos e técnicas pedagógicas que possibilitem a adequação dos conteúdos para os diferentes níveis de ensino (transposição didática);
- Conhecimento de processos de investigação que permitam o aprimoramento do planejamento e da prática pedagógica;
- Capacidade de refletir teoricamente sobre a aquisição de linguagem.

Assim, em consonância com os objetivos propostos para o Curso, o licenciado em Letras: LIBRAS deve dominar o uso da língua objeto de seus estudos, em termos de suas características culturais, estruturais e funcionais, mantendo-se atento às variedades linguísticas e culturais.

Alicerçado na tríade ensino – pesquisa – extensão, o licenciado em Letras-LIBRAS deve ter uma base específica de conteúdos consolidada e estar apto a atuar, interdisciplinarmente, como multiplicador de conhecimentos, em áreas afins, apresentando capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multi-interdisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. Nesses contextos, o profissional deve ser capaz de aprofundar-se na reflexão teórica e crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários, beneficiando-se de novas tecnologias para ampliar seu senso investigativo e crítico, investindo continuamente em seu desenvolvimento profissional de forma autônoma e em sua prática pedagógica.

## **5.2 Campo de atuação**

Tendo por base uma formação que articula ensino, pesquisa e extensão relativamente aos conhecimentos linguísticos e literários da língua brasileira de sinais e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras-LIBRAS, os espaços de atuação do licenciado estão mais diretamente

voltados para a atuação como professor de LIBRAS nas séries finais do ensino fundamental e ensino médio, seja na docência da sua área de competência ou na gestão do trabalho educativo, nos domínios público e privado, bem como em instituições especializadas no ensino de LIBRAS ou na educação de surdos, tais como federações, associações e centros de AEE.

Além dessas possibilidades, é da competência do profissional atuar como dinamizador de programas de formação continuada, na revisão de materiais produzidos em LIBRAS, no desenvolvimento e na análise de material didático e de técnicas pedagógicas para o ensino da língua brasileira de sinais como L1 e L2 e sua(s) respectiva(s) literatura(s), na elaboração de proposta curricular no seu campo de atuação, na assessoria cultural, crítica linguística e literária, dentre outros que envolvam a língua/linguagem/discurso, em termos de sua estrutura, funcionamento, manifestações culturais e sócio-históricas.

## **6 PROCESSO SELETIVO**

O processo seletivo do curso de Letras-LIBRAS: Licenciatura, na modalidade presencial, será oferecido pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e gerenciado pela Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE) através de chamada em edital publicada nas páginas da COPEVE/UFAL e FALE.

O Curso permite o ingresso, através do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, além de uma prova de proficiência em LIBRAS, de 30 alunos por ano, sendo 15 em cada semestre, no período matutino, em um regime de entrada única e semestral.

Das 15 vagas semestrais, 50% serão preferencialmente destinadas para candidatos surdos ou com deficiência auditiva comprovada, de acordo com a definição contida no Parágrafo único do Capítulo I do Decreto nº 5.626: “Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”. Essa determinação também é prevista no Decreto citado, conforme o Parágrafo único do Capítulo III, que diz que: “As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no *caput*”.

Caso as vagas preferenciais não sejam preenchidas, seja pelo número insuficiente de candidatos surdos aprovados ou pelo número reduzido de candidatos surdos inscritos, os demais concorrentes poderão ocupar essas vagas, enquadrando-se nos mesmos critérios de classificação e desempate que poderão ocorrer com as vagas não preferenciais.

O Processo Seletivo será realizado conforme os padrões adotados pela maioria das IES que oferecem o curso de Letras-LIBRAS, constando do Exame Nacional de Ensino Médio – Enem, e de uma Prova de Proficiência em LIBRAS. Os candidatos aprovados e classificados no Enem deverão ser proficientes para a realização da Prova Específica de LIBRAS, de caráter eliminatório.

## **7 METODOLOGIA DO CURSO DE LETRAS-LIBRAS: LICENCIATURA**

Tendo em vista a formação dos estudantes e a melhor forma de garantir que eles desenvolvam competências e habilidades voltadas para a interação, cooperação, crescimento grupal, trocando experiências e desenvolvendo a autonomia perante o conhecimento, a Fale incentiva à autonomia, contribuindo para que esse aluno seja sujeito da aprendizagem. Por se tratar de um curso que envolve a formação de docentes, privilegia-se a problematização da prática. A partir da realidade cotidiana vivida pelo professor em sala de aula é que são resgatadas as questões teóricas, viabilizando a passagem do senso comum para a atitude teórico-reflexiva sobre a sua prática.

A metodologia desse curso, de modo geral, privilegia uma abordagem progressista, que incentive o aluno a construir o seu próprio conhecimento, cabendo ao professor o papel de mediador.

A Universidade deve fomentar as melhores condições possíveis para que o aluno possa alcançar o aprendizado de forma efetiva, embora em um ritmo próprio e peculiar.

### **7.1 Organização do material didático**

O material impresso apresenta o conteúdo básico da disciplina e se constitui em um dos espaços de diálogo entre o professor/autor e o aluno. Desse modo, a linguagem utilizada é dinâmica e motivadora, para que, além dos momentos em sala

de aula, os alunos possam descobrir meios para o desenvolvimento da sua autonomia na busca de conhecimento. Esse material será produzido pelo professor autor/conteudista em conjunto com o professor formador – o professor autor/conteudista pode ser o próprio professor formador –, além de ser traduzido/interpretado pela equipe responsável para esse fim, adotando um padrão de diagramação e disposição do conteúdo-base em cada disciplina do curso. Esses recursos deverão estar sintonizados com o assunto estudado, transformando-se em mais um meio de aprendizagem e compreensão do material estudado.

O conteúdo-base é um material impresso-digital apresentado nas versões em Português e LIBRAS para complementar a formação do alunado. Além desse material, o professor poderá dispor material de apoio para maior compreensão dos conteúdos trabalhados em cada disciplina. Esse material poderá ser disponibilizado também em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Nesse ambiente, o professor poderá apresentar propostas para discussão entre os alunos, com a presença virtual ou não do professor. Na página virtual do curso, o professor de cada disciplina também poderá acrescentar materiais complementares para acesso aos alunos, tais como: “links” para acesso à página ou outro material. Vale ressaltar que, ao elaborar os materiais didáticos para o Ambiente Virtual, o professor deve privilegiar uma linguagem direta, dialógica e visualmente enriquecida, com conteúdos que estendam e complementem o material impresso da disciplina.

O Ambiente Virtual visa a oferecer maior acessibilidade às necessidades inerentes ao processo de ensino-aprendizagem do curso de Letras-LIBRAS: Licenciatura. Nele, poderão ser depositados materiais de estudo regulares, entre outras mídias, materiais e atividades que favoreçam e possibilitem a complementação desse processo, como slides, videoconferência, videoaula, teleaula etc., permitindo que o aluno se sinta integrado e incluído. Além disso, esse espaço pode tornar a comunicação entre alunos e professores uma constante.

As mídias utilizadas para o público alvo descrito, como foi anteriormente explicitado, serão o material impresso e digital, como mídia principal, além do computador, como mídia auxiliar para que o aluno tenha a possibilidade de interagir com os colegas, professor, membros da equipe pedagógica e instituição, através da Internet. Para acesso a este recurso, o aluno terá à disposição o Laboratório de

Línguas 1 (LABEL 1), ambiente que dispõe de computadores conectados à Internet, acessando todos os recursos oferecidos por um AVA, tais como fórum, e-mail e *chat*.

A Fale também dispõe de um Laboratório de Línguas 2 (LABEL 2) possibilitando ao professor inúmeras ferramentas tecnológicas que dinamizem as aulas e utilizem vários recursos audiovisuais, sobretudo, que ofereçam ao aluno a chance de uma aprendizagem significativa e dinâmica.

Ressalta-se que todo o material didático, seja impresso ou virtual, deve passar por um processo de elaboração e avaliação permanentes, para o aprimoramento constante da qualidade dos produtos, visando o fortalecimento do processo de aprendizagem dos estudantes.

## **7.2 Organização estrutural**

O Curso de Letras-LIBRAS possui peculiaridades que merecem ser destacadas. Por se tratar de um curso que desenvolve estudos linguísticos que envolvem uma língua de modalidade visuoespacial, o uso de instrumentos e recursos visuais é recorrente. Nesse espaço acadêmico, é comum a realização de atividades e pesquisas com filmagem e a produção de material didático visualmente adaptado. Considerando essas especificidades, o curso necessita da seguinte estrutura física para o seu desenvolvimento:

- a) 08 (oito) salas de aula com mobiliário adequado, equipamentos eletrônicos e ar-condicionado.
- b) 01 (uma) sala de professores e tradutores/intérpretes com mobiliário adequado, equipamentos eletrônicos, rede lógica e ar-condicionado.
- c) 02 (dois) laboratórios (para gravação/ edição) de língua de sinais e de tradução e interpretação, para confecção e tradução/interpretação de material didático e para a realização de atividades acadêmicas do curso com mobiliário adequado, equipamentos telefônico, eletrônicos e ar-condicionado.
- d) 01 (uma) sala para a coordenação acadêmico-administrativa do curso com mobiliário adequado, equipamentos telefônicos e eletrônicos e ar-condicionado.

- e) 01 (uma) biblioteca setorial com acervo específico e atualizado na área, com mobiliário adequado, equipamentos telefônico e eletrônicos e ar-condicionado.
- f) 01 (uma) sala equipada para videoconferência e atividades de modalidade à distância, com mobiliário adequado, 30 (trinta) computadores, equipamentos eletrônicos e ar-condicionado.

Diante das necessidades específicas, algumas ações estão em execução, tais como: contratação de professores, tradutores/intérpretes de linguagem de sinais, assistentes administrativos, bibliotecário documentalista e programador visual.

## **8 PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES, TRADUTORES/INTÉRPRETES, GESTORES E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

O programa de capacitação para docentes, tradutores/intérpretes, gestores e corpo técnico-administrativo se enquadra nas proposições de formação da UFAL. Seguem também sugestões de cursos para qualificação dessas equipes de trabalho:

- a) Formação continuada dos professores do Curso de Letras-LIBRAS com pesquisadores visitantes nas áreas de estudos das línguas de sinais e dos estudos surdos;
- b) Formação continuada dos tradutores/intérpretes de língua de sinais (cursos de técnicas de interpretação, postura ética do profissional intérprete, laboratórios de interpretação), que atenderão a demanda da Universidade no que diz respeito ao atendimento ao público e às ações didático-pedagógicas que envolvem ensino, pesquisa e extensão;
- c) Formação continuada do corpo técnico-administrativo e da gestão universitária (cursos de implementação de rotinas e organização de dados, cursos de organização administrativa, cursos de formação de gestão pública), levando-se em conta as adequações devidas no fomento à acessibilidade nos serviços prestados pela Universidade.
- d) Formação continuada do discente (processo centrado na aprendizagem que incentive a participação e a interação entre os alunos, o diálogo, a pesquisa, o debate, que promova a produção do conhecimento, que permita o exercício de

práticas corriqueiras como pesquisar na biblioteca, trabalhar em equipe com profissionais da mesma área e de áreas afins, apresentar trabalhos, fazer comunicações e intercambiar experiências).

Quanto à inserção do aluno em atividades de ensino, pesquisa e extensão e à assistência estudantil, é oferecido apoio através dos programas institucionais da Universidade e outros previstos no curso, como, por exemplo, programas de apoio extraclasse, através de monitoria e tutoria, assistência psicopedagógica e odontológica, participação em centro acadêmico, participação em intercâmbios institucionais, participação em programas, como bolsa permanência, PIBIC, PET, PIBID, PIBIT, além de receber assistência através do restaurante universitário (RU) e residência universitária (RUA).

## 9 ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA

O curso de Letras-LIBRAS: Licenciatura da UFAL, na modalidade presencial, possui estrutura administrativo-pedagógica vinculada à estrutura organizacional da Fale, que contempla:

**Coordenador de Curso:** a coordenação do curso será formada pelo coordenador e pelo seu vice. Trata-se de profissional graduado em Letras ou áreas afins, com formação mínima de mestre, com experiência comprovada de 03 (três) anos de magistério superior, responsável pelas articulações em setores específicos e que transitará pelos diversos tipos de atividades no sistema geral.

**Funções:** dentre as suas funções estão a de supervisionar o funcionamento do curso e de todo processo educacional, permitindo o bom andamento do processo pedagógico; acompanhar os aspectos formais e administrativos do curso, como matrícula, calendário de atividades, acompanhamento de oferta das disciplinas.

**Professor:** professor do curso com formação específica na área de Letras ou afins; ter experiência e conhecimento dos conteúdos específicos da disciplina pela qual será responsável; ter domínio no uso de tecnologias de informação e comunicação.



**Funções:** preparar o programa da disciplina a ser desenvolvida ao longo do curso no prazo determinado; adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizadas para o desenvolvimento do curso à linguagem visualmente enriquecida; adequar e disponibilizar, para o coordenador de curso, tradutor/intérprete e discentes, o material didático organizado; participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino; participar de grupos de trabalho que focam a produção de materiais didáticos para o curso de Letras-LIBRAS. Assumir uma posição de dinamizador do processo de ensino-aprendizagem, encorajando os estudantes à autorreflexão e permitindo uma contribuição mais ativa e profunda nas discussões; manter relações positivas na sala de aula; promover a participação dos estudantes, encorajando e corrigindo suas contribuições; desenvolver as atividades docentes mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação; participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso; participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia adequada para o curso de Letras-LIBRAS; atuar e planejar as aulas em parceria com os profissionais tradutores/intérpretes; apresentar ao coordenador de curso, quando solicitado, um relatório do desempenho dos estudantes, do desenvolvimento da disciplina e sobre as atividades de ensino.

**Tradutor/Intérprete de LIBRAS/Português:** profissional competente e proficiente para realizar a interpretação e/ou tradução das 2 (duas) línguas (Português e LIBRAS) de maneira simultânea ou consecutiva.

**Funções:** efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da LIBRAS para a língua oral e vice-versa; interpretar e/ou traduzir em Língua Brasileira de Sinais - Português as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas no curso de Letras-LIBRAS e na UFAL, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; traduzir/interpretar os conteúdos-base de cada disciplina a ser ministrada, desde que entregues previamente pelo professor responsável; atuar em processos seletivos do curso; atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da Universidade; zelar pelo rigor técnico, pelos valores éticos inerentes à profissão e previstos na Lei nº 12.319/10, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo.

**Equipe de apoio tecnológico e de logística:** tradutor e intérprete da LIBRAS, programador visual, bibliotecário-documentalista.

**Funções:** tem a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

**Estudante:** estudante matriculado no curso.

**Funções:** construir e manter uma postura autônoma, independente, que seja agente ativo em seu processo de aprendizagem; aprender a trabalhar em grupo e a desenvolver o espírito de colaboração; manter interações ativas, envolvendo tanto o conteúdo do curso quanto a comunicação pessoal; participar plenamente na construção de uma aprendizagem colaborativa, construir significados socialmente, evidenciados pelo acordo ou pelo questionamento; compartilhar recursos com outros alunos; expressar apoio e estímulo trocados com outros alunos, além de vontade de avaliar criticamente o trabalho dos colegas.

## 9.1 Quadro docente e técnico-administrativo

Segue abaixo o atual quadro de docentes e técnico-administrativos do Curso de Letras – LIBRAS: Licenciatura, considerando que: a) alguns docentes e técnicos fazem parte do quadro docente e técnico-administrativo da Faculdade de Letras, com atuação nas demais habilitações do curso de Letras, como: Português, Espanhol e suas respectivas literaturas e que, no momento, estão envolvidos na implantação do curso de Letras – LIBRAS, formando parte inclusive do seu colegiado *pro tempore* e da elaboração desse Projeto Político-pedagógico do curso, conforme a Portaria nº 1431, de 09 de julho de 2013; b) já estão sendo realizados concursos públicos, conforme as vagas disponibilizadas pelo MEC para a Ufal, para a implantação do curso de Letras: LIBRAS - Licenciatura quanto ao quadro de pessoal: docente e técnico-administrativo.

## CORPO DOCENTE

<b>Professores efetivos</b>	<b>Titulação</b>	<b>Regime de trabalho</b>
Eliane Barbosa da Silva*	Doutora	DE
Helson Flávio da Silva Sobrinho*	Doutor	DE
Francisco Jadir Lima Pereira*	Especialista	DE
Kristianny Brandão Barbosa de Azambuja*	Mestre	DE
Fábio Rodrigues dos Santos*	Especialista	DE
Humberto Meira de Araújo Neto*	Especialista	DE
Fabiana de Oliveira*	Doutora	DE
Lígia dos Santos Ferreira*	Doutora	DE
Emanoelly Caldas	Especialista	DE
Jair Barbosa da Silva	Doutor	DE

\* Docentes do quadro efetivo da Faculdade de Letras, com atuação nas habilitações do curso de Letras: Português e Espanhol.

## QUADRO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

<b>NOME</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>CARGO</b>
Simone Dornelles Schulze*	Secretária Executiva	Secretária da Fale (turno vespertino)
Rivanilda Lopes de Araújo*	Assistente administrativo	Secretária da Fale (turno diurno)
Jeanine Waléria O. Braga Pereira	Assistente administrativo	Secretária do Curso Letras-LIBRAS (turno diurno)
George Neves Brasileiro	Assistente administrativo	Secretário do Curso Letras-LIBRAS (turno vespertino)

\* Técnicos do quadro efetivo da Faculdade de Letras, com atuação na Secretaria administrativa da Fale.

## 10 FREQUÊNCIA

A frequência dos alunos nas aulas presenciais é obrigatória em 75% do total da carga horária de cada disciplina.

## 11 AVALIAÇÃO

Entende-se por avaliação um processo contínuo de geração de informações que norteiem as ações pedagógicas e a gestão acadêmica, visando ao crescimento

qualitativo do curso. Para tanto, os principais instrumentos adotados serão os propostos pelo INEP/MEC, como a Portaria nº 1.081, de 29 de agosto de 2008, que trata da Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – (SINAES) e a Portaria nº 1, de 5 de janeiro de 2009, que trata da avaliação para reconhecimento de cursos superiores de Tecnologia do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

No curso de Letras-LIBRAS: Licenciatura, a avaliação desempenha plenamente seu sentido de verificação do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, então, a avaliação assume um caráter formativo. Essa avaliação permite ao aluno um retorno às ações que executou e a seus resultados, passando a ter tanto para o aluno, como para o professor, função diagnóstica de análise da relação entre os objetivos e os resultados alcançados, tornando possível tomar as providências para ajuste entre os objetivos e as estratégias.

As contribuições de teor metodológico advindas da pesquisa em educação e, especificamente, no ensino de línguas, os estudos recentes sobre a aprendizagem colaborativa e sobre inteligências múltiplas e o diálogo entre saberes e culturas balizarão o emprego de uma pluralidade de metodologias de ensino-aprendizagem no Curso de Letras-LIBRAS.

Objetivando a construção do perfil do licenciado, os procedimentos metodológicos aplicados no curso privilegiarão a busca do saber e a aquisição e desenvolvimento das competências e habilidades necessárias a esses profissionais, promovendo a relação teoria-prática de maneira intensa e contínua através de atividades, como aulas teóricas, atividades práticas em sala de aula e em laboratórios, trabalhos individuais e colaborativos em pequenos e grandes grupos, seminários, leituras orientadas, atividades de pesquisa, entre outras.

Em relação aos estágios e ao TCC, as avaliações também visam ao acompanhamento do processo como parte da formação. Tanto o TCC como os estágios estão integrados ao curso. Os estágios serão realizados na comunidade local, devidamente supervisionados por um professor do curso.

Ainda de acordo com as normas da Universidade, os procedimentos metodológicos e os critérios de avaliação discente serão especificados nos Planos de Ensino de cada disciplina, juntamente com os dados formais sobre a disciplina, como ementa, conteúdos e bibliografia. As avaliações serão realizadas prioritariamente na Língua de Sinais, momento em que serão observados alguns

critérios, como compreensão de texto sinalizado e apropriação do conteúdo. Para os alunos surdos, com deficiência em língua portuguesa, estão previstas disciplinas de língua portuguesa como L2, para sanar dificuldades encontradas.

Em relação à avaliação do Projeto Político-Pedagógico do curso, será instaurada uma comissão de autoavaliação permanente que poderá propor adequações e/ou reformulações caso sejam evidenciadas necessidades decorrentes do andamento do curso, da realidade e da demanda social em que estarão atuando os profissionais formados nestes cursos. Essa comissão de autoavaliação (CAA) da Fale deverá atuar em consonância com Núcleo Docente Estruturante (NDE) da Faculdade de Letras.

## **12 AVALIAÇÃO INTERNA DO CURSO**

O curso de Letras-LIBRAS da Fale deve passar periodicamente por um processo de avaliação interna, visando garantir a abertura para possíveis reajustes e futuras reformulações. Uma comissão interna de avaliação, formada por docentes e representantes discentes, designada para este fim pelo Conselho da Fale e em consonância com o NDE, avaliará, a partir de critérios e recursos previamente discutidos pela comunidade acadêmica da Fale, os seguintes aspectos:

- a) o contexto do curso – campo de trabalho, perfil do ingressante;
- b) finalidade do curso – alcance dos objetivos e das estratégias, evolução das áreas do conhecimento pertinentes ao curso;
- c) resultado do projeto do curso – índice de evasão e reprovação e desempenho dos egressos;
- d) aspectos técnico-administrativo-acadêmicos – qualificação e desempenho dos professores, tradutores/intérpretes e profissionais técnico-administrativo;
- e) instalações físicas.

Os mecanismos a serem utilizados deverão permitir uma avaliação institucional e uma avaliação do desempenho acadêmico – ensino e aprendizagem – de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implementação do referido projeto. Deverão ser utilizadas estratégias que possam efetivar a discussão ampla do projeto mediante um conjunto

de questionamentos previamente ordenados que busquem encontrar suas deficiências, se existirem.

Além disso, a avaliação do desempenho docente, do desempenho do tradutor/intérprete e a autoavaliação serão efetivadas pelos alunos/disciplinas fazendo uso de formulário próprio e de acordo com o processo de avaliação institucional. Os pontos avaliados são: formação profissional, condições de trabalho, atuação e desempenho acadêmico e profissional.

## **13 CONTEÚDO/MATRIZ CURRICULAR**

### **13.1 Núcleos de formação do curso de Letras-LIBRAS: Licenciatura**

A integralização da matriz curricular está organizada em um mínimo de oito (8) períodos e perfaz um total de 3.220 horas, sendo: 640 horas como conhecimentos básicos da área; 620 horas de conhecimentos específicos; 1.380 como conhecimentos pedagógicos, que inclui os Projetos Integradores e o Estágio Supervisionado; 460 horas de prática como componente curricular; 200 horas como atividades acadêmico-científico-culturais, 300 horas de disciplinas optativas e 80 horas para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Desse modo, a organização curricular compreende os seguintes eixos:

**Conhecimentos básicos da área:** articulam os conhecimentos fundamentais para os estudos linguísticos, bem como os de natureza específica da visão histórica e humanística da organização escolar.

**Conhecimentos específicos:** envolvem conhecimentos da LIBRAS. Compreendem o conjunto de disciplinas que possibilitam a construção do perfil do profissional da área de Letras-LIBRAS. Constituem o núcleo responsável pelo desenvolvimento de competências e habilidades próprias do professor de primeira e de segunda língua e a exploração de tecnologias de comunicação.

**Conhecimentos pedagógicos:** o núcleo de formação para a docência tem como objetivo definir mais especificamente a atuação do professor. Esse núcleo se

articula ao outro, numa correlação entre teoria e prática, ou seja, em um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão e solução de situações próprias do ambiente da educação escolar, em conformidade com o Parecer CNE/CP nº 28/2001. Inclui aulas e atividades relacionadas à prática docentes e o estágio curricular supervisionado de ensino. As aulas e atividades contemplam uma formação docente ampla e uma estrita.

Em termos de formação mais ampla, o curso segue os princípios orientadores das Licenciaturas na UFAL (Resolução nº 32/2005-CEPE, de 14 de dezembro de 2005), a qual está em consonância com o que reza o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), a Resolução CNE/CP nº 01/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena e de acordo com o atendimento aos padrões mínimos de qualidade para a Graduação estabelecidos pela Lei nº 9.394/96 (LDBEN).

Desse modo, os alunos de Letras-LIBRAS: Licenciatura, assim como todos os alunos dos cursos de licenciatura da UFAL, discutem questões relativas ao trabalho docente e à atualização profissional, ao desenvolvimento e à avaliação da aprendizagem, ao currículo, à pesquisa educacional, à organização e gestão do trabalho escolar, e à política e organização da educação básica. Em termos de formação mais estrita, o curso oferece os Projetos Integradores, ou seja, atividades interdisciplinares especificamente relacionadas à integração do conhecimento teórico sobre a língua e suas literaturas e a prática docente.

O núcleo de formação para a docência deve ser integralizado em 1.380 horas de aulas, sendo 700 horas de formação para a docência, além de 280 horas de Projetos Integradores e 400 horas de estágio supervisionado, conforme quadro abaixo.

É importante ressaltar que nesse eixo de formação pedagógica está contemplada a discussão sobre questões étnico-raciais e indígenas através da disciplina História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, bem como será contemplada a temática do Meio ambiente como tema transversal nesse eixo e no eixo de disciplinas optativas.

**Atividades acadêmico-científico-culturais:** compreendem atividades acadêmicas de livre escolha do aluno que têm como objetivo desenvolver posturas

de cooperação, comunicação, liderança e aprofundamentos, visando garantir o desenvolvimento de competências que transversalizam a organização curricular. Essas atividades configuram-se em torno de disciplinas optativas, de participação em seminários, de palestras, de atividades de iniciação científica, de projetos multidisciplinares, de monitorias, de publicações de trabalhos de natureza científica na área de formação, de participação em eventos de natureza acadêmica e de atividades de extensão.

**O eixo de formação optativa/ eletiva:** contempla disciplinas com conteúdos pertinentes à educação bilíngue, tradução e interpretação, temas transversais, como a questão do meio ambiente, dos aspectos étnico-raciais (história e cultura afro-brasileira e indígena), das novas tecnologias e disciplinas da área da linguagem e linguística, visando à complementação da formação do graduando de Letras-LIBRAS, quanto às especificidades do perfil, do campo de atuação e de temas relevantes na sociedade atual.

As atividades das semanas de defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso e apresentação do Relatório de Estágio Supervisionado da Licenciatura e de elaboração do Memorial Descritivo das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais farão parte do calendário semestral e constarão nos Planos de Ensino das disciplinas oferecidas no semestre, seguindo os calendários da UFAL e da Coordenadoria de Letras-LIBRAS para o semestre. Cabe, ainda, ressaltar que os Estágios Supervisionados acontecerão, via de regra, em turnos inversos aos das aulas.

É importante ressaltar que o currículo do curso de Letras-LIBRAS: Licenciatura, parte integrante do Projeto Político Pedagógico, busca proporcionar ao discente uma visão interdisciplinar do conhecimento, favorecendo uma visão mais ampla das ciências e uma constante articulação entre ensino, pesquisa e extensão, suscitando, portanto, o interesse dos discentes para o ingresso na docência universitária a ser completada na pós-graduação.



### 13.2 Organização curricular por eixos

<b>COD.</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO BÁSICA</b>	<b>TEÓRICA Carga horária</b>
	<b>DISCIPLINA</b>	
	Português como L2	80
	Introdução aos Estudos Literários	80
	Aquisição de Linguagem	80
	Estudos da Tradução e Interpretação	80
	Linguística Aplicada ao Ensino de LIBRAS	80
	Teoria Linguística 1	80
	Teoria Linguística 2	80
	Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa	80
	<b>Total de carga horária do eixo</b>	<b>640h</b>
<b>COD.</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA</b>	<b>TEÓRICA Carga horária</b>
	<b>DISCIPLINA</b>	
	Língua Brasileira de Sinais 1	80
	Língua Brasileira de Sinais 2	80
	Língua Brasileira de Sinais 3	80
	Língua Brasileira de Sinais 4	80
	Língua Brasileira de Sinais 5	80
	Escrita de Sinais 1	80
	Escrita de Sinais 2	80
	Literatura Visual	60
	<b>Total de carga horária do eixo</b>	<b>620h</b>
<b>COD.</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA</b>	<b>TEÓRICA Carga horária</b>
	<b>DISCIPLINA</b>	
	Organização do Trabalho Acadêmico	80
	Profissão Docente	60
	Política e Organização da Educação Básica no Brasil	80
	Desenvolvimento e Aprendizagem	80
	Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem	80
	Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar	80
	Pesquisa Educacional	60
	Metodologia de Ensino da Língua Brasileira de Sinais	60
	Fundamentos de LIBRAS	60
	História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	60
	Projetos Integradores 1	40
	Projetos Integradores 2	40
	Projetos Integradores 3	40
	Projetos Integradores 4	40
	Projetos Integradores 5	40

	Projetos Integradores 6	40
	Projetos Integradores 7	40
	Estágio supervisionado 1	80
	Estágio supervisionado 2	80
	Estágio supervisionado 3	80
	Estágio supervisionado 4	160
	<b>Total de carga horária do eixo</b>	<b>1380h</b>
<b>COD.</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO OPTATIVA/ELETIVA</b>	<b>TEÓRICA Carga horária</b>
	<b>DISCIPLINA</b>	
	Educação Bilíngue e Escrita de L2 para Surdos	60
	Teorias da Educação e Estudos Surdos	60
	Educação de Surdos e Novas Tecnologias	60
	Sociolinguística	60
	LIBRAS: tradução e interpretação	60
	<b>Total de carga horária do eixo</b>	<b>300h</b>
	<b>Trabalho de Conclusão de Curso – TCC</b>	<b>80</b>
	<b>Atividades acadêmico-científico-culturais</b>	<b>200</b>
	<b>Total das PCC</b>	<b>280h</b>
	<b>Total da carga horária do curso</b>	<b>3.220h</b>

### 13.3 Ordenamento Curricular

Abaixo segue o Quadro de Saberes do Curso e o Ordenamento Curricular:

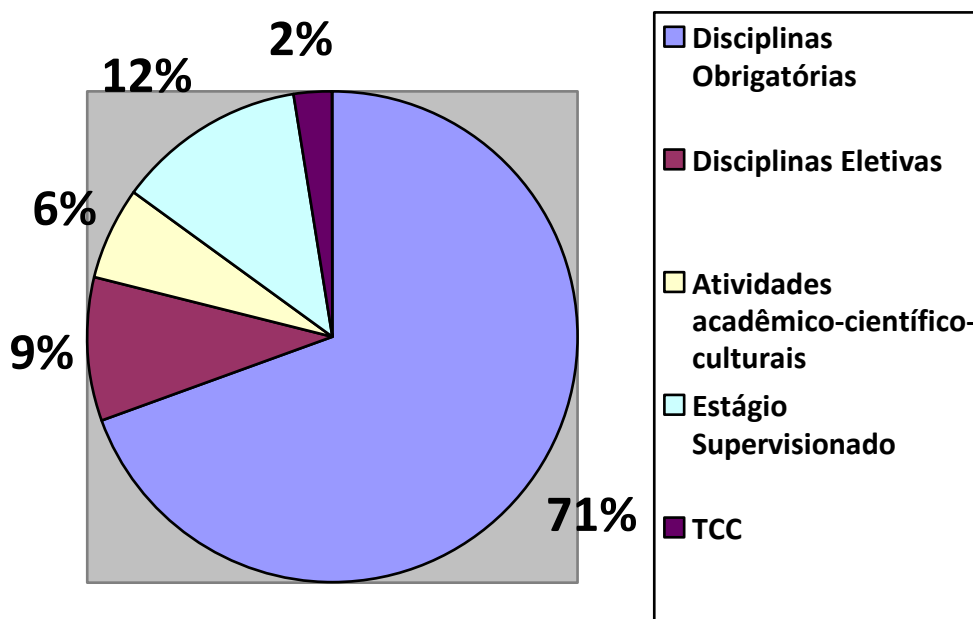
ORDENAMENTO CURRICULAR							
CURSO: LETRAS-LIBRAS: LICENCIATURA CURRÍCULO: 2014				MODALIDADE: PRESENCIAL			
REGIME SEMESTRAL							
Período	Código	Disciplina	Obrigatória	Carga horária			
				Semanal	Teórica	Prática	Semestral Total
1º		PROFISSÃO DOCENTE	Sim	03	50	10	60
		PROJETOS INTEGRADORES 1	Sim	02	-	40	40
		FUNDAMENTOS DA LIBRAS	Sim	03	30	30	60
		LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO EM LÍNGUA PORTUGUESA	Sim	04	40	40	80
		TEORIA LINGUÍSTICA 1	Sim	04	80	-	80
		PORTUGUÊS COMO L2	Sim	04	40	40	80
		<b>Total</b>		<b>20</b>	<b>240</b>	<b>160</b>	<b>400 h</b>

Período	Código	Disciplina	Obrigatória	Carga horária			
				Semanal	Teórica	Prática	Semestral Total
2º		ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO	Sim	04	40	40	80
		PROJETOS INTEGRADORES 2	Sim	02	-	40	40
		POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL	Sim	04	70	10	80
		LIBRAS 1	Sim	04	60	20	80
		TEORIA LINGÜÍSTICA 2	Sim	04	80	-	80
		INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LITERÁRIOS	Sim	04	80	-	80
<b>Total</b>				<b>22</b>	<b>330</b>	<b>110</b>	<b>440 h</b>
3º		DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	Sim	04	70	10	80
		PROJETOS INTEGRADORES 3	Sim	02	-	40	40
		LIBRAS 2	Sim	04	60	20	80
		LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LIBRAS	Sim	04	80	-	80
		AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM	Sim	04	80	-	80
		ESTUDOS DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO	Sim	04	60	20	80
<b>Total</b>				<b>22</b>	<b>350</b>	<b>90</b>	<b>440 h</b>
4º		PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	Sim	04	60	20	80
		PROJETOS INTEGRADORES 4	Sim	02	-	40	40
		LIBRAS 3	Sim	04	60	20	80
		ESCRITA DE SINAIS 1	Sim	04	40	40	80
		METODOLOGIA DE ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	Sim	03	20	40	60
		DISCIPLINA ELETIVA	Sim	04	80	-	80
<b>Total</b>				<b>21</b>	<b>260</b>	<b>160</b>	<b>420 h</b>
5º		PROJETO PEDAGÓGICO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO ESCOLAR	Sim	04	60	20	80
		PROJETOS INTEGRADORES 5	Sim	02	-	40	40
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1	Sim	04	20	60	80
		LIBRAS 4	Sim	04	60	20	80
		ESCRITA DE SINAIS 2	Sim	04	40	40	80
		DISCIPLINA ELETIVA	Sim	04	30	30	60
<b>Total</b>				<b>22</b>	<b>210</b>	<b>210</b>	<b>420h</b>
6º		PESQUISA EDUCACIONAL	Sim	03	40	20	60
		PROJETOS INTEGRADORES 6	Sim	02	-	40	40
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2	Sim	04	20	60	80
		LIBRAS 5	Sim	04	60	20	80
		LITERATURA VISUAL	Sim	03	30	30	60
		DISCIPLINA ELETIVA	Sim	03	30	30	60
<b>Total</b>				<b>19</b>	<b>180</b>	<b>200</b>	<b>380h</b>

Período	Código	Disciplina	Obrigatória	Carga horária			
				Semanal	Teórica	Prática	Semestral Total
7º		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 3	Sim	04	20	60	80
		PROJETOS INTEGRADORES 7	Sim	02	-	40	40
		HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	Sim	03	60	-	60
		DISCIPLINA ELETIVA	Sim	03	30	30	60
<b>Total</b>				<b>12</b>	<b>110</b>	<b>130</b>	<b>240 h</b>
8º		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 4	Sim	08	40	120	160
		DISCIPLINA ELETIVA	Sim	03	30	30	60
<b>Total</b>				<b>11</b>	<b>70</b>	<b>150</b>	<b>220 h</b>

CARGA HORÁRIA	
Disciplinas obrigatórias	2.240
Disciplinas eletivas	300
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200
Estágio Supervisionado	400
TCC	80
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>	<b>3.220</b>

Segue abaixo o gráfico da distribuição da carga horária do curso de Letras-LIBRAS: Licenciatura, de acordo com o quadro de saberes e o ordenamento curricular.



Fonte: Fale-Ufal (LETRAS-LIBRAS), 2013.

## 14 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A obrigatoriedade e carga horária do estágio curricular supervisionado da Licenciatura são definidos na legislação federal (LDB, Resoluções CNE/CP nº 2/2002, CNE/CP nº 1/2002), que estabelece que o estágio, de até 400 horas<sup>2</sup>, deve ser realizado em escola de educação básica, a partir da segunda metade do curso. Em geral, o estágio compreende, em sua estrutura, uma fase de assistência à prática docente em ensino fundamental e/ou médio culminando com um período caracterizado como 'docência compartilhada', quando a prática do aluno-estagiário é supervisionada pelo professor da instituição de ensino superior que oferece a Licenciatura e o professor da classe em que o estágio acontece.

Indo além do desenvolvimento da atividade de docência *per se*, o estágio deve ser visto como oportunidade de vivência de diferentes práticas ligadas ao contexto escolar como aquelas relacionadas ao planejamento, à gestão e à avaliação de propostas pedagógicas. De acordo com o preconizado no artigo 13 da LDB, o docente deve envolver-se, além da prática de sala de aula, em atividades de planejamento, como a elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino e de planos de trabalho específicos, em atividades de avaliação, de aprimoramento profissional e de integração da escola com as famílias e com a comunidade em geral. Dessa forma, o estágio pode e deve, também, proporcionar a vivência escolar de maneira completa, indo além das fronteiras da sala de aula.

Como exposto acima, no Curso de Letras-LIBRAS: Licenciatura, o estágio supervisionado realiza-se através de quatro disciplinas que acontecem do 5º ao 8º semestre do Curso.

O Parecer CNE/CP nº 28/2001, ao estabelecer a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, define que "o estágio curricular supervisionado deverá ser um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico" (p. 11). O mesmo parecer estabelece um tempo mínimo legal para o estágio de 400 horas.

---

<sup>2</sup> De acordo com o Parágrafo Único do artigo 1º da Resolução CNE/CP nº 2/2002, "os alunos que exercem atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga-horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas".

O principal objetivo do estágio é que o aluno adquira experiência prática na sua área de formação, seguindo diretamente especificações da Resolução nº 71/2006 do CONSUNI em seu Art. 3, quando diz que:

O estágio curricular tem como objetivo o desenvolvimento de competências – conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – em situações de aprendizagem, conduzidas no ambiente profissional, sob a responsabilidade da Universidade e da Instituição Concedente.

A partir do quinto semestre, o aluno começa a realizar atividades de estágio supervisionado, as quais se estendem até o último semestre. O curso de Letras-LIBRAS da Fale na modalidade presencial objetiva formar um profissional atuante, crítico, capaz de transitar pelas esferas do saber, aliando conhecimento, valores socioculturais e necessidades individuais dos alunos. Essa formação só pode ser atingida através de uma prática que viabilize um real contato entre estágio e instituições educacionais.

É no local de estágio que o aluno poderá entender a significação da escola e o laço que esta possui com sua comunidade, percebendo como deve ajustar o conteúdo curricular adquirido no Ensino Superior à sala de aula de educação básica, técnica e/ou superior, no qual a LIBRAS seja conteúdo ministrado como primeira ou segunda língua, tais como: cursos de LIBRAS validados por instituições credenciadas pela secretaria de Educação, cursos ministrados na Casa de Cultura e Expressão Gestovisual (CCEV), Centros de AEE que atendam a comunidade surda, Escolas-polo com AEE para a comunidade surda, IES que ofertem regularmente a disciplina LIBRAS.

O Estágio Supervisionado no curso de Letras-LIBRAS na modalidade presencial envolve quatro momentos e duas linhas de trabalho. Aqueles são organizados em prática inicial, prática intermediária, processos pedagógicos e prática docente; estas são voltadas para o ensino de LIBRAS como L1 e como L2, conforme a definição a seguir:

1) A prática inicial envolve observação em sala de aula de LIBRAS em cursos de LIBRAS validados por instituições credenciadas pela secretaria de Educação, cursos ministrados na Casa de Cultura e Expressão Gestovisual (CCEV), Centros de AEE que atendam a comunidade surda, Escolas-polo com AEE para a comunidade surda e IES que ofertem regularmente a disciplina LIBRAS. Essas observações

envolvem também o uso de recursos tecnológicos e visuais como o uso de projetores e vídeos educacionais para a reflexão sobre a prática. Nesse momento, os alunos podem também planejar, acompanhar ou desenvolver pequenos projetos temáticos (sondagem e avaliação de produção e compreensão, jogos de linguagem, exercícios práticos, etc.).

2) A prática intermediária envolve, além da observação, a pesquisa educacional e a coparticipação em sala de aula.

3) A participação em processos pedagógicos envolve além da observação e da pesquisa educacional, uma participação mais efetiva (como atendimento a grupos de alunos que estejam em dificuldade ou atendimento na biblioteca etc.) ou regência em sala de aula.

4) A prática docente envolve a observação, a coparticipação e a docência com, ao menos, uma aula supervisionada e avaliada por professor regente de turma e/ou por professor responsável, a partir de documento de avaliação.

Essas quatro etapas, diretamente relacionadas a cada semestre letivo da carga horária do estágio, não precisam acontecer de forma isolada ou estanque. Desse modo, todas as atividades do estágio devem estar diretamente articuladas com a prática e todas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio devem ser relatadas em um Relatório Final, do qual devem constar:

## **1 Apresentação:**

Situar a disciplina e a discussão teórica de base, de acordo com o tema selecionado e desenvolvido. Ex: Produção sinalizada – Morfologia dos sinais - Restrições quanto à produção de um determinado parâmetro da LIBRAS - etc.; local de realização do estágio, objetivos previamente traçados; como a proposta foi elaborada, dificuldades encontradas no início do estágio e como foi possível seguir o planejamento, etapas da atividade programada e as adaptações que foram feitas.

## **2 Caracterização da instituição - Dados Gerais:**

a) Identificação da instituição – Campo de estágio (nome completo da instituição; localização; níveis e modalidades de ensino; turnos de funcionamento);

- b) Instalações da instituição (Infraestrutura e recursos materiais: Biblioteca - dimensões, acervo, capacidade, uso, tipo de atendimento; Sala de informática e recursos tecnológicos; distribuição dos espaços e serviços de apoio);
- c) Identificação do público alvo a ser trabalhado – ouvintes aprendizes de LIBRAS e o estágio de aprendizado em que se encontram; surdos aprendizes de LIBRAS e suas peculiaridades, como o tipo de perda auditiva e o desempenho linguístico em que se encontram;
- d) Organização do trabalho da instituição (calendário; horários de funcionamento; índices de evasão e repetência);
- e) Prática Sócio-Político-Pedagógica - Identificar a existência de projetos e/ou programas em desenvolvimento; planejamento: como é feito, quem participa; entrevista com representantes da direção, coordenadores, professores.

### **3 Diário de Campo:**

Descrição e reflexão sobre o trabalho desenvolvido – observação ou regência – registrando os conteúdos abordados, as metodologias, as estratégias adotadas, avaliações empregadas, as datas de realização e os tipos de atividades observadas e/ou desenvolvidas.

### **4 Análise de dados e produtos de aprendizagem:**

Relatório que pode ser feito por grupo de atuação (mais ou menos quatro a oito alunos que se revezam nas atividades na instituição). Nessa parte do relatório, cada aluno ou dupla desenvolve a análise de um produto, resultado do trabalho desenvolvido na instituição: versões de textos, manuscritos, comparação de atividades etc., tendo como base teórica os conceitos discutidos na disciplina e no curso.



## **5 Comentários finais**

O aluno pode abordar questões, tais como a importância do estágio para a formação; dificuldades encontradas e como elas foram superadas; e sugestões para a melhoria do ensino e da aprendizagem naquele contexto do estágio.

## **6 Referências:**

Autores citados no relatório e nas notas de rodapé.

## **7 Anexos:**

Material didático usado pelo professor; produção dos alunos durante as aulas ou atividades do período de estágio; registro fotográfico, entre outros materiais ou documentos.

Será escolhido, dentre os professores que compõem o curso, um coordenador de estágio para o curso de Letras-LIBRAS: Licenciatura, a quem caberá o acompanhamento das atividades de estágio. O estágio deve, para assegurar a necessária qualidade, atender a alguns pontos específicos, como:

- ter um grupo de organização que estruture, sistematize e operacionalize as ações previstas para o estágio;
- disponibilizar materiais para que os alunos retomem os conteúdos trabalhados, como textos, vídeos, programas de computador, entre outros.

O estágio poderá ser interrompido se houver trancamento de matrícula, mudança de curso, se o aluno deixar de frequentar o curso regularmente e conclusão de curso. O aluno estagiará na área de Educação totalizando 400 horas, salvo redução prevista da carga horária do estágio de até (o máximo) 200 horas para os alunos que exerçam atividade docente regular em IES, instituições validadas para o ensino de LIBRAS e/ou na Casa de Cultura e Expressão Gestovisual (CCEV),

ministrando a disciplina LIBRAS. O estágio poderá ser desenvolvido na área específica da instituição com a qual o aluno mantém vínculo empregatício.

O aproveitamento de até 50% das 400 horas de estágio curricular supervisionado, conforme a resolução nº CNE/CP Nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 (DOU 04/03/02), artigo 1º, inciso IV, parágrafo único, dar-se-á para os alunos que exerçam ou exerceram atividade docente regular na educação básica, quando:

- a) a docência tiver sido efetuada em escolas autorizadas;
- b) o aluno/a apresentar declaração comprobatória.
- c) a docência estiver ligada a áreas de atuação do curso.

O aproveitamento das horas de estágio curricular supervisionado será aprovado pelo Colegiado de Curso, ouvidos os professores envolvidos e o Coordenador de Curso.

As demais condições e prerrogativas para o estágio curricular obrigatório e não-obrigatório seguem a resolução Nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, que disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL.

## **15 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC**

Além da integralização em aulas/atividades previstas para o Curso de Letras-LIBRAS, é ainda condição para a finalização do curso a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que corresponde a 80 horas-aula, integralizadas na carga-horária total do curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso segue a Resolução nº 02/2009 de 17/09/2009 da Faculdade de Letras (em anexo a este PPP), que estabelece normas para sua elaboração em relação à Coordenação, à Carta de Aceite e à orientação, aos objetivos, ao acompanhamento, ao prazo, a critérios de avaliação e formatação, com ressalvas em seu art. 4º, no que diz respeito à peculiaridade do curso, no qual será exigido uma versão sinalizada – em vídeo, além da monografia impressa.

Esse trabalho deve constituir resultado de uma pesquisa desenvolvida pelo aluno – individualmente, em dupla ou em trio – sobre tema na área de estudos

linguísticos, literários, estudos surdos, ensino-aprendizagem da LIBRAS como L1 e/ou como L2.

A pesquisa de que resultará o TCC deverá ser iniciada no quinto semestre do curso e será acompanhada por um professor-orientador e supervisionada pelo coordenador do TCC, professor designado especialmente para esta função, a quem compete ainda o encaminhamento de todos os procedimentos necessários para o adequado desenvolvimento do trabalho pelo aluno.

## **16 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS**

As atividades complementares objetivam atender outras exigências de um curso que almeja formar profissionais de ensino<sup>3</sup>. Incluem-se aí atividades de caráter científico, cultural e acadêmico que, articuladas ao processo formativo do professor, possam enriquecer essa formação. São previstas 200 horas de atividades (seminários, participação em eventos científicos, monitorias, iniciação à pesquisa, projetos de ensino, estudos afins etc.), que podem ser oferecidas pelo próprio curso, por qualquer outro setor acadêmico da UFAL, ou ainda, por qualquer outra instituição de ensino superior reconhecida no país.

O aluno de Letras-LIBRAS da UFAL, além das atividades e aulas obrigatórias previstas para sua formação, pode ainda participar de programas de pesquisa e extensão, como outras atividades complementares a sua qualificação profissional. No curso de Letras-LIBRAS da UFAL, há dois programas de pesquisa para os graduandos: o PET e o PIBIC.

O Programa Especial de Treinamento (PET) é um programa que visa à formação de grupos de tutoriais de aprendizagem em cursos de graduação. Tem como objetivo oferecer uma formação acadêmica de excelente nível, visando à formação do profissional crítico e atuante; promover a integração da formação acadêmica com a futura atividade profissional, especialmente no caso de carreira universitária; estimular a melhoria do ensino de graduação através do desenvolvimento de novas práticas e experiências pedagógicas no âmbito do curso;

---

<sup>3</sup> Também em conformidade com o Parecer CNE/CP nº 28/2001.

atuação dos bolsistas como agentes multiplicadores disseminando novas ideias e práticas entre o conjunto dos alunos do curso; interação dos bolsistas do Programa com os corpos docente e discente da instituição em nível de pós-graduação e a participação em atividades características de programas de pós-graduação<sup>4</sup>.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo CNPQ e pela própria UFAL, é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento, é voltado para o aluno de graduação, como incentivo a sua formação. Privilegia a participação ativa de bons alunos em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada, individual e continuada, que culminam com um trabalho final avaliado e valorizado.

Os objetivos das atividades de pesquisa previstas por esses programas estão em consonância com os objetivos do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL), oferecido pela Faculdade de Letras, o que permite grande integração entre graduação e pós.

No tocante à extensão, é possível a participação, além de programas pontuais, desenvolvidos pelos professores do curso, em mais dois programas permanentes de extensão nos quais os graduandos podem desenvolver atividades a serem creditadas na sua vida acadêmica: a Casa de Cultura e Expressão Visuogestual (CCEV) e o Núcleo de Estudos Indígenas (NEI).

A Casa de Cultura Expressão Viso-gestual – CCEV é um programa de extensão ligado a Faculdade de Letras que tem como objetivo principal estimular e difundir o estudo da língua brasileira de sinais - LIBRAS - e a expressão cultural das comunidades de surdos a ela associada. Sendo assim, são ofertados cursos de LIBRAS em nível básico, intermediário e avançado para a sociedade no intuito de possibilitar a criação de um espaço de vivência de ensino de LIBRAS para os alunos dos cursos de graduação e pós, mantidos pela Unidade.

Nesse programa, os graduandos e pós-graduandos em Letras, sob a devida orientação de um professor, podem participar como professor-bolsista, em regime de estágio, curricular ou não, como monitor, auxiliando o professor titular no preparo de aulas e material didático, entre outras atividades.

---

<sup>4</sup> Acesse a *fanpage* do PET/Letras/UFAL, disponível em: <<https://www.facebook.com/petletras.ufal?fref=ts>> e a *homepage*: <[www.ufal.chla/petletras](http://www.ufal.chla/petletras)>.

O Núcleo de Estudos Indígenas, também vinculado à Faculdade de Letras, pretende incentivar estudos e pesquisas relacionados ao índio brasileiro, abrangendo os mais variados aspectos das ciências humanas. Os objetivos do Núcleo são:

- Incentivar estudos e pesquisas sobre a linguagem do índio e do índio surdo e seus agentes condicionadores;
- Realizar pesquisas sobre temas relacionados com os índios brasileiros, abrangendo aspectos das Ciências Humanas: linguísticos, literários, antropológicos, religiosos, de saúde; das Artes: música, artes plásticas etc.;
- Promover exposições, conferências e ciclos de debates sobre temas indígenas;
- Divulgar os resultados dos estudos e pesquisas realizadas;
- Estabelecer intercâmbio com entidades locais e nacionais que se dedicam também ao estudo do índio brasileiro, e se fazer representar, quando necessário, no cenário nacional em prol das causas indigenistas.

Entende-se que diferentes atividades acadêmicas que são hoje desenvolvidas pelo discente, durante sua permanência na Universidade, são tão úteis para sua formação profissional quanto às diversas disciplinas do núcleo de formação específica que ele cursa.

## **17 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DO CURSO DE LETRAS-LIBRAS: LICENCIATURA**

O material produzido no Curso de Letras-LIBRAS integrará as referências bibliográficas de cada disciplina, uma vez que não dispomos de muitas publicações das áreas específicas na língua portuguesa ou na língua de sinais.

### 17.1 Ementas e bibliografia das disciplinas do eixo de formação básica

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Português como L2	<b>EIXO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h		<b>PERÍODO:</b> 1º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Prática de leitura e produção de textos em português como L2, com ênfase nos aspectos de organização linguística. Desenvolvimento de estruturas básicas da língua portuguesa e uso do português em situações formais e informais.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>CUNHA, C; CINTRA, L. <b>Nova gramática do português contemporâneo</b>. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.</p> <p>FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. <b>Lições de texto: leitura e redação</b>. São Paulo: Ática, 1999.</p> <p>KOCH, Ingedore G. V.; ELIAS, Vanda Maria. <b>Ler e compreender: os sentidos do texto</b>. São Paulo: Contexto, 2006.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>CITELLI, A. <b>Linguagem e persuasão</b>. São Paulo: Ática, 1991.</p> <p>DIONÍSIO, Â. et al. <b>Gêneros textuais e ensino</b>. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.</p> <p>MARCUSCHI, L. A. "Gêneros textuais: definição e funcionalidade". In: DIONÍSIO, Â. et al. <b>Gêneros textuais e ensino</b>. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.</p> <p>QUADROS, R. M. de.; SCHMIEDT, M. L. P. <b>Ideias para ensinar português para alunos surdos</b>. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: &lt;<a href="http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf">http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf</a>&gt;. Acesso em: 22 nov. 2008.</p> <p>PAULINO, G.; WALTY, I.; FONSECA, M. N.; CURY, M. Z. <b>Tipos de textos, modos de leitura</b>. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Introdução aos Estudos Literários	<b>EIXO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h	<b>PERÍODO:</b> 2º	
<b>EMENTA:</b>		
<p>Reflexão sobre fundamentos da teoria da literatura, natureza e função de seu objeto e conceituação dos gêneros literários, desde a Antiguidade aos estudos contemporâneos, com base na análise de textos teórico-críticos.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b>		
<p>ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. <b>A poética clássica</b>. Tradução de Jaime Bruna. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1977.</p> <p>CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. <b>Vários escritos</b>. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 235-263.</p> <p>GONÇALVES, M. T.; BELLODI, Z. C. <b>Teoria da literatura “revisitada”</b>. Petrópolis: Vozes, 2005.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b>		
<p>BOSI, Alfredo (Org.). <b>Leitura de poesia</b>. São Paulo: Ática, 1996.</p> <p>COMPAGNON, Antoine. <b>O demônio da teoria: literatura e senso comum</b>. Tradução de Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.</p> <p>COSTA, Lígia M. da; REMÉDIOS, Maria L. R. <b>A tragédia: estrutura e história</b>. São Paulo: Ática, 1988.</p> <p>CULLER, J. <b>Introdução à Teoria Literária</b>. São Paulo: Beca Edições, 1999.</p> <p>JOBIM, J. L. (Org.). <b>Introdução aos termos literários</b>. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Aquisição da Linguagem	<b>EIXO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h		<b>PERÍODO:</b> 3º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Estágios de desenvolvimento linguístico na criança. Cognição e linguagem. Natureza do conhecimento linguístico na criança. Universalidade e uniformidade na aquisição da linguagem. O papel da experiência na aquisição. Estudos das metodologias em aquisição de linguagem. Aquisição de parâmetros sintáticos em Língua de sinais comparada às línguas orais.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>CHOMSKY, Noam. <b>Linguagem e mente:</b> pensamentos atuais sobre antigos problemas. Brasília: Editora da UnB, 1998.</p> <p>FINGER, I.; QUADROS, R. M. de. <b>Teorias de Aquisição de Linguagem.</b> Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.</p> <p>SCARPA, Ester. Aquisição de linguagem. In: MUSSALIN, F; BENTES, Anna C. <b>Introdução à linguística:</b> domínios e fronteiras, v.2. São Paulo: Cortez, 2001. p. 203-232.</p> <p>DE LEMOS, C. Interacionismo e aquisição da linguagem. <b>DELTA</b>, v. 2, p. 231-248, 1986.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>CHOMSKY, Noam. <b>O conhecimento da língua.</b> Lisboa: Caminho, 1986 [1994].</p> <p>KATO, M. A evolução da noção de parâmetros. <b>DELTA</b>, v. 18, n. 2, p. 309-337, 2003.</p> <p>_____. Questões atuais da aquisição de L1 na perspectiva da teoria de princípios e parâmetros. <b>Cadernos de Estudos Linguísticos</b>, n. 36, p. 11-16, 1999.</p> <p>LEMOS, Maria Tereza G. de. <b>A língua que me falta:</b> uma análise dos estudos em Aquisição de Linguagem. Campinas: Mercado de Letras; FAPESP: São Paulo, 2002.</p> <p>LOPES, Ruth E. O que a criança não nos diz: o lugar da empiria no modelo chomskyano. <b>Letras de hoje</b>, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 83-9, dez. 1995.</p> <p>PEREIRA DE CASTRO, M.F.; FIGUEIRA, R.A. Aquisição de linguagem. In: <b>Linguagem, história e conhecimento.</b> Campinas: Pontes, 2006.</p>		



<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Estudos da Tradução e Interpretação	<b>EIXO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h	<b>PERÍODO:</b> 3º	
<b>EMENTA:</b>		
<p>Mapeamento dos Estudos da Tradução. Estudo da atividade tradutória em diferentes países e tempos históricos. Concepção de tradução, papel e prática do tradutor. Conceitos, tipologias e conscientização dos problemas teóricos e práticos da tradução.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b>		
<p>AUBERT, F. H. <b>As (in)fidelidades da tradução</b>: servidões e autonomia do tradutor. Campinas: Unicamp, 1993.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. <b>Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005</b>. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.</p> <p>PEREIRA, M. C. P.; RUSSO, A. <b>Tradução e Interpretação de Língua de Sinais</b>: técnicas e dinâmicas para cursos. São Paulo: Cultura Surda, 2008. v. 1.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b>		
<p>LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: LACERDA, C.B.F. de; GÓES, M. C. R. de (Org.). <b>Surdez</b>: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000. p. 51-84.</p> <p>PAZ, Otávio. <b>Tradução</b>: literatura e literalidade. Edição bilíngue. Cadernos Viva Voz. Tradução de Doralice Alves de Queiroz. Belo Horizonte, Fale-UFMG (Setor de publicações), 2009. Disponível em: &lt;<a href="http://www.letras.ufmg.br/vivavoz/data1/arquivos/traducao2ed-site.pdf">http://www.letras.ufmg.br/vivavoz/data1/arquivos/traducao2ed-site.pdf</a>&gt;. Acesso em: 27 jan. 2014.</p> <p>ROSA, Andréa da Silva. <b>Entre a visibilidade da tradução de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete</b>. Campinas: [206], 2005.</p> <p>SCHLEIERMACHER, Friedrich. Sobre os diferentes métodos de tradução. Trad. M. Von Muhlen Poll. In: HEIDERMAN, W. (Org.). <b>Clássicos da teoria da tradução</b>: antologia bilíngue, alemão-português. Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução, 2001. v. 1.</p> <p>SOUZA, V. C. de; VIEIRA, R. <b>Uma proposta para tradução automática entre LIBRAS e Português no Sign WebMessage</b>. Disponível em: &lt;<a href="http://www.exatec.unisinos.br/~vinicius/TIL2006_revised.pdf">http://www.exatec.unisinos.br/~vinicius/TIL2006_revised.pdf</a>&gt;. Acesso em: 22 nov. 2008.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Linguística Aplicada ao ensino de Libras	<b>EIXO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h	<b>PERÍODO:</b> 3º	
<b>EMENTA:</b>		
<p>Visão das relações processuais entre linguagem, globalização, cultura, identidade, imagem, novas tecnologias e processos interpretativos e tradutórios da Libras, tomando como ponto de partida os estudos da Linguística Aplicada e sua transdisciplinaridade com áreas como Antropologia, Sociologia, Educação, Estudos Culturais, Novos Letramentos e Multiletramentos e Linguística Aplicada Crítica. Reflexões sobre a pesquisa na área de estudos de línguas adicionais com enfoque na LIBRAS, considerando-se o paradigma qualitativo e ético decorrentes de pesquisas de cunho intervencionistas.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b>		
<p>ALMEIDA FILHO, J. C. P. Linguística Aplicada, aplicação da Linguística e ensino de línguas. <b>Anais do III Seminário de Ensino de Língua e Literatura</b>. Porto Alegre: PUC/RS e Centro Yázig de Educação e Cultura, 1987.</p> <p>CAVALCANTI, M.; MOITA LOPES, L. P. Implementação da pesquisa na sala de aula de línguas no contexto brasileiro. <b>Trabalhos em Linguística Aplicada</b>. Campinas, n. 17, 1991.</p> <p>GERALDI, J. W. <b>Linguagem e ensino</b>: exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras, 1996.</p> <p>MOITA LOPES, L. P. <b>Oficina de Linguística Aplicada</b>. Campinas: Mercado de Letras, 1996.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b>		
<p>GESSER, A. <b>Libras</b>: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>_____. <b>O ouvinte e a surdez</b>: ensinar e aprender libras. São Paulo: Parábola, 2012.</p> <p>FALCÃO, L. A. <b>Surdez, cognição visual e libras</b>: estabelecendo novos diálogos. São Paulo: Luiz Alberico, 2012.</p> <p>PEREIRA, M. C. <b>Libras</b>: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.</p> <p>ROJO, R. <b>Letramentos múltiplos, escola e inclusão social</b>. São Paulo: Parábola, 2009.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Teoria Linguística 1	<b>EIXO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h		<b>PERÍODO:</b> 1º
<b>EMENTA:</b>		
<p>Panorama geral dos fenômenos da linguagem e suas abordagens, dos estudos tradicionais à teoria linguística. Pressupostos teórico-metodológicos das correntes teóricas da Linguística moderna.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b>		
<p>LYONS, J. <b>Linguagem e Linguística</b>. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.</p> <p>MARTELOTTA, M. E. (Org.). <b>Manual de linguística</b>. São Paulo: Contexto, 2008.</p> <p>SAUSSURE, F. <b>Curso de linguística geral</b>. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.</p> <p>WEEDWOOD, B. <b>História concisa da linguística</b>. São Paulo: Parábola, 2002.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b>		
<p>BORGES NETO, J. <b>Ensaio de filosofia da linguística</b>. São Paulo: Parábola, 2004.</p> <p>FIORIN, J. L. et al. <b>Linguística? Que é isso?</b> São Paulo: Contexto, 2013.</p> <p>FIORIN, J. L. (Org.). <b>Introdução à linguística I</b>. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.</p> <p>MARCUSCHI, L. A. <b>Breve excuro sobre a linguística do século XX</b>. In: _____ Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.</p> <p>MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). <b>Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos</b>. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. <b>As grandes correntes da linguística: da gramática comparada à pragmática</b>. São Carlos: Claraluz, 2006.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Teoria Linguística 2	<b>EIXO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h		<b>PERÍODO:</b> 2º
<b>EMENTA:</b>		
<p>Estudo de tendências teóricas linguísticas contemporâneas pós-estruturalistas, que relacionam os aspectos linguísticos e os sociais, seja através da noção de variação (Sociolinguística Laboviana), da interação qualitativa (Sociolinguística Interacional), do enunciado como unidade de análise (Teorias da Enunciação e da Pragmática), do texto como unidade de análise (Linguística textual) e do discurso (as diferentes análises do discurso).</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b>		
<p>BAKHTIN, M. <b>Marxismo e Filosofia da Linguagem</b>. São Paulo: Hucitec, 2004.</p> <p>BENVENISTE, E. <b>Problemas de Linguística Geral I</b>. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.</p> <p>MARCUSCHI, L. <b>Linguística de texto: o que é e como se faz</b>. São Paulo: Parábola, 2012.</p> <p>TARALLO, Fernando. <b>A pesquisa Sociolinguística</b>. São Paulo: Ática, 1986.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b>		
<p>FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. <b>Introdução à linguística da enunciação</b>. São Paulo: Contexto, 2005.</p> <p>MARTELOTTA, M. E. (Org.). <b>Manual de linguística</b>. São Paulo: Contexto, 2008.</p> <p>MARTIN, R. <b>Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina</b>. São Paulo: Parábola, 2003.</p> <p>MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. <b>Introdução à Linguística – fundamentos epistemológicos</b>. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>ORLANDI, E. <b>Análise do discurso: princípios e procedimentos</b>. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Leitura e Produção de Texto em Língua Portuguesa	<b>EIXO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h		<b>PERÍODO:</b> 1º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Prática de leitura e produção de texto, de diversos gêneros, em português, fundamentadas no conceito de linguagem como atividade interlocutiva e no texto como unidade básica significativa na língua.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>ANTUNES, I. <b>Lutar com palavras:</b> coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.</p> <p>KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. <b>Ler e compreender os sentidos do texto.</b> São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antônio. <b>Produção textual, análise de gêneros e compreensão.</b> São Paulo: Parábola, 2008.</p> <p>MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. <b>Produção textual na universidade.</b> São Paulo: Parábola, 2010.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>ANTUNES, Irandé. <b>Análise de Textos:</b> fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.</p> <p>GARCIA, O. M. <b>Comunicação em prosa moderna.</b> Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.</p> <p>KOCH, I. G. V. <b>Desvendando os segredos do texto.</b> São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. <b>Ler e escrever:</b> estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>LEITE, Marli Quadros. <b>Resumo.</b> São Paulo: Paulistana, 2006. (Coleção aprenda a fazer).</p>		

## 17.2 Ementas e bibliografia das disciplinas do eixo de formação específica

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Língua Brasileira de Sinais 1	<b>EIXO:</b> Formação Específica (FE)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h		<b>PERÍODO:</b> 2º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Situando os estudos das línguas de sinais no campo dos estudos linguísticos, compreendendo os processos cognitivos e linguísticos e suas relações com o cérebro e a língua de sinais. Introdução a tópicos de linguística aplicados à língua de sinais: fonologia e morfologia.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>MOURA, M. C.; LODI, A. C.; PEREIRA, M. C. (Eds). <b>Língua de sinais e educação do surdo</b>. Sociedade Brasileira de Neuropsicologia (SBNp). São Paulo, 1993.</p> <p>QUADROS, R. M. de. <b>Educação de surdos</b>: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.</p> <p>QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. <b>Língua de sinais brasileira</b>: estudos linguísticos. Artmed: Porto Alegre, 2004.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>HICKOK, G.; BELLUGI, U.; KLIMA, E. How does the human brain process language? New studies of deaf signers hint at an answer. <b>Scientific American</b>, INC, 2002.</p> <p>KLIMA, E.; BELLUGI, U. <b>The signs of language</b>. Cambridge: Harvard University Press, 1979.</p> <p>QUADROS, R. M. de; VASCONCELLOS, M. L. B. de (Org.). <b>Sign Languages</b>: spinning and unraveling the past, present and future. Forty five papers and three posters from the 9º Theoretical Issues In Sign Language Research Conference, Florianópolis, Brasil, Dez. 2006. Disponível em: &lt;<a href="http://editora-arara-azul.com.br/portal/index.php/e-books/pesquisas-em-estudos-surdos/item/109-sign-languages">http://editora-arara-azul.com.br/portal/index.php/e-books/pesquisas-em-estudos-surdos/item/109-sign-languages</a>&gt;. Acesso em: 27 jan. 2014.</p> <p>STOKOE, W. <b>Sign and Culture</b>: a reader for students of American Sign Language. Listok Press, Silver Spring, MD, 1960.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Língua Brasileira de Sinais 2	<b>EIXO:</b> Formação Específica (FE)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h		<b>PERÍODO:</b> 3º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Análise dos aspectos relacionados ao estudo da sintaxe das línguas de sinais, bem como o uso das expressões faciais gramaticais e afetivas. A estrutura da frase na língua de sinais e as construções com aspecto, tópico, foco, negativas, interrogativas, afirmativas, com argumentos pronunciados e nulos.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>FELIPE, T. A. A estrutura frasal na LSCB. In: <b>Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL</b>, Recife, 1989.</p> <p>FERREIRA BRITO, Lucinda. <b>Por uma gramática línguas de sinais</b>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.</p> <p>QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. <b>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</b>. Artmed: Porto Alegre, 2004.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>ARROTÉIA, Jéssica. <b>O papel da marcação não-manual nas sentenças negativas em Língua de Sinais Brasileira (LSB)</b>. 2005. 129f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.</p> <p>LIMA-SALLES, Heloisa Maria Moreira; NAVES, Rozana Reigota. <b>Estudos gerativos de língua de sinais brasileira e de aquisição de português (L2) por surdos</b>. Goiânia: Cânone Editorial, 2012.</p> <p>MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. <b>Introdução à linguística: domínios e fronteiras</b>. São Paulo: Cortez, 2012. v. 1.</p> <p>QUADROS, R M. de; STUMPF, M. R. (Org.). <b>Estudos surdos IV</b>. Petrópolis: Arara Azul, 2009. Disponível em: &lt;<a href="http://editora-arara-azul.com.br/portal/index.php/e-books/pesquisas-em-estudos-surdos/item/107-estudos-surdos-4">http://editora-arara-azul.com.br/portal/index.php/e-books/pesquisas-em-estudos-surdos/item/107-estudos-surdos-4</a>&gt;. Acesso em: 24 jan. 2014.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Língua Brasileira de Sinais 3	<b>EIXO:</b> Formação Específica (FE)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h		<b>PERÍODO:</b> 4º
<b>EMENTA:</b>		
<p>O uso do espaço nos níveis de análise da língua de sinais, bem como o uso dos classificadores: tipos de classificadores, suas restrições e funções nas línguas de sinais. Os verbos complexos classificadores.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b>		
<p>FELIPE, T. Sistema de flexão verbal na LIBRAS: os classificadores enquanto marcadores de flexão de gênero. <b>Anais do Congresso Nacional do INES</b>, 2002.</p> <p>FERREIRA-BRITO, Lucinda. <b>Por uma gramática das línguas de sinais</b>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.</p> <p>QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. <b>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</b>. Artmed: Porto Alegre, 2004.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b>		
<p>CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walkíria D.; MAURÍCIO, Aline C. <b>Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas, de A a Z</b>. 2 v. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.</p> <p>FELIPE, T. <b>A relação sintático-semântica dos verbos na língua brasileira de sinais: LIBRAS</b>. 1998. 143f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.</p> <p>QUADROS, R M. de; STUMPF, M. R. (Org.). <b>Estudos surdos IV</b>. Petrópolis: Arara Azul, 2009. Disponível em: &lt;<a href="http://editora-arara-azul.com.br/portal/index.php/e-books/pesquisas-em-estudos-surdos/item/107-estudos-surdos-4">http://editora-arara-azul.com.br/portal/index.php/e-books/pesquisas-em-estudos-surdos/item/107-estudos-surdos-4</a>&gt;. Acesso em: 24 jan. 2014.</p> <p>MCCLEARY, L. E.; VIOTTI, E. C. <b>Língua e gesto em línguas sinalizadas</b>. Veredas, UFJF, v. 15, p. 289-304, 2011. [Versão Online]. Disponível em: &lt;<a href="http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2011/05/ARTIGO-212.pdf">http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2011/05/ARTIGO-212.pdf</a>&gt;. Acesso em: 27 jan. 2014.</p>		



<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Língua Brasileira de Sinais 4	<b>EIXO:</b> Formação Específica (FE)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h		<b>PERÍODO:</b> 5º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Descrição visual (técnicas e habilidades). Explorando o espaço de sinalização do ponto de vista linguístico e topográfico. Atividades de prática como componente curricular ou atividades aplicadas à tradução e interpretação.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vania de Aquino Albres (Org.). <b>LIBRAS em estudo:</b> tradução/interpretação. São Paulo: FENEIS, 2012.</p> <p>QUADROS, R. M. de. Efeitos de Modalidade de Língua: as Línguas de Sinais. <b>Educação Temática Digital</b>, Campinas, v. 7, n. 2, p. 167-177, jun. 2006.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi Stumpf (Org.). <b>Estudos Surdos IV</b>. Rio de Janeiro: Arara azul, 2009.</p> <p>SALLES, H. (Org.). <b>Bilinguismo e surdez:</b> questões linguísticas e educacionais. Brasília: Editora da UNB, 2007. (no prelo)</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>BAKER, C.; COKELY, D. <b>American sign language:</b> a teacher's resource text on grammar and culture. Silver Spring: TJ Publishers. 1980.</p> <p>EDMONDSON, W.H.; KARLSON, F. (Ed.). <b>The Fourth International Symposium on Sign Language Research</b>. Hamburg: SIGNUM-Verlag Press, 1990.</p> <p>KEGL, J. <b>Pronominalization on ASL</b>. MIT. [Cambridge, Massachusetts] 1987.</p> <p>LIDDELL, S. Four functions of a locus: reexamining the structure of space in ASL. In: Ceil Lucas. <b>Sign Language Research: theoretical issues</b>. Washington: Gallaudet University Press, 1990. p. 176-198.</p> <p>PADDEN, C. <b>Interaction of morphology and syntax in ASL</b>. 1983. Tese (Doutorado) – University of California, San Diego, 1983.</p> <p>SIPLE, P. Visual constraints for sign language communication. <b>Sign Language Studies</b>, v. 19, p. 95-110, 1978.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Língua Brasileira de Sinais 5	<b>EIXO:</b> Formação Específica (FE)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h		<b>PERÍODO:</b> 5º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Tópicos de linguística aplicados à língua de sinais: semântica e pragmática. Análise reflexiva dos aspectos semânticos e pragmáticos da língua de sinais brasileira. Atividades de prática como componente curricular ou atividades aplicadas à tradução e interpretação.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>CAPOVILLA, F. C. et al. Quando surdos nomeiam figuras: processos quirêmicos, semânticos e ortográficos. In: <b>Perspectiva</b>, Florianópolis, v. 24, n. Especial, p. 1-350, jul./dez. 2006.</p> <p>ESTELITA, M. <b>Por uma ordem "alfabética" nos dicionários de línguas de sinais</b>: ensaio. Tese. (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.</p> <p>HURFORD, J. R.; HEASLEY, B. <b>Curso de Semântica</b>. Tradução de Delzimar da Costa Lima e Dóris Cristina Gedrat. Canoas: Ed. ULBRA, 2004.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>AHLGREN, I. Deictic pronouns in Swedish and Swedish Sign Language. In: FISCHER, S.D.; SIPLE, P. (Eds). <i>Theoretical Issues in Sign Language Research</i>, v. 1, <b>Linguistics</b>, p. 167-174. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1990.</p> <p>BERENZ, N.; FERREIRA-BRITO, L. Pronouns in BCSL and ASL. In: W.H. Edmondson; Karlsson. <b>SLR'87</b>: papers from The Fourth International Symposium on Sign Language Research, v. 10, p. 26-36, 1987.</p> <p>LILLO-MARTIN, D.; KLIMA, E. S. Pointing out differences: ASL pronouns in syntactic theory. In: FISCHER, S.D.; SIPLE, P. (Eds). <i>Theoretical Issues in Sign Language Research</i>, v. 1, <b>Linguistics</b>, p. 191-210. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1990.</p> <p>MEIER, R.P. Person deixis in American Sign Language. In: FISCHER, S.D.; SIPLE, P. (Eds). <i>Theoretical Issues in Sign Language Research</i>, v. 1, <b>Linguistics</b>, p. 175-190. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1990.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Escrita de Sinais 1	<b>EIXO:</b> Formação Específica (FE)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h		<b>PERÍODO:</b> 4º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>O processo de aquisição da leitura e escrita da língua de sinais. O alfabetismo na escrita da língua de sinais. Alternativas didático-pedagógicas para o ensino da escrita de sinais. Estudo de expressões literárias próprias da cultura surda. Produção de literatura na escrita da língua de sinais.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>CAGLIARI, Luiz Carlos. <b>Alfabetização e Linguística</b>. São Paulo: Scipione, 2002.</p> <p>CAPOVILLA, F. C.; CAPOVILLA, A. G. S. O desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética na educação bilíngue do surdo congênito. In: RODRIGUES, C.; TOMITCH, L. B. <b>Linguagem e cérebro humano</b>: contribuições multidisciplinares. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walkíria D.; MAURÍCIO, Aline C. <b>Novo Deit-Libras</b>: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas, de A a Z. 2 v. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>ESTELITA, M. <b>Elis</b> – Escrita das Línguas de Sinais. Petrópolis: Arara Azul, 2007.</p> <p>HESSEL, C.; ROSA, F.; KARNOPP, L. <b>Cinderela Surda</b>. Canoas: Ed. ULBRA, 2007.</p> <p>KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Muller de. Educação infantil para surdos. In: KATO, M. <b>No mundo da escrita</b>: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1998.</p> <p>STUMPF, Marianne. R. <b>Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting</b>: língua de sinais no papel e no computador. 2005. 328f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: &lt;<a href="http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5429/000515254.pdf?sequence=1">http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5429/000515254.pdf?sequence=1</a>&gt;. Acesso em: 15 dez. 2013.</p> <p>SUTTON, Valerie. <b>SignWriting</b>: manual. Disponível em: &lt;<a href="http://www.signwriting.org">www.signwriting.org</a>&gt;. Acesso em: 22 nov. 2013.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Escrita de Sinais 2	<b>EIXO:</b> Formação Específica (FE)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h	<b>PERÍODO:</b> 5º	
<b>EMENTA:</b>		
<p>Aprofundamento de estudos sobre processo de aprendizagem da leitura e escrita de sinais. Relação de comparação entre códigos escritos e a escrita de sinais. Produção de textos escritos em língua de sinais.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b>		
<p>CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walkíria D.; MAURÍCIO, Aline C. <b>Novo Deit-Libras:</b> dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas, de A a Z. 2 v. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.</p> <p>MAN, J. <b>A história do alfabeto:</b> como 26 letras transformaram o mundo ocidental. Tradução de Edith Zonenschain. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.</p> <p>SUTTON, Valerie. <b>SignWriting:</b> manual. Disponível em: &lt;<a href="http://www.signwriting.org">www.signwriting.org</a>&gt;. Acesso em: 22 nov. 2013.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b>		
<p>GIORDANI, L. F. <b>“Quero escrever o que está escrito nas ruas”:</b> representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.</p> <p>HIGOUNET, C. <b>História concisa da escrita.</b> Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2003.</p> <p>KARNOPP, L.; QUADROS, R. M. de. Educação infantil para surdos. In: ROMAN, E. D.; STEYER, V. E. (Org.). <b>A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil:</b> um retrato multifacetado. Canoas: ULBRA, 2001.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Literatura Visual	<b>EIXO:</b> Formação Específica (FE)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 60h	<b>PERÍODO:</b> 6º	
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Diferentes tipos de produção literária em sinais: estórias visualizadas, o conto, as piadas, as poesias. As diferentes etapas utilizadas pelo contador de estórias para crianças surdas. Exploração visual e espacial das diferentes narrativas. As narrativas surdas: redescoberta da criação literária surda.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>ARNHEIM, R. <b>Arte e percepção visual</b>. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1980.</p> <p>BARROS, Diana Luz Pessoa de. <b>Teoria semiótica do texto</b>. São Paulo: Ática, 2000.</p> <p>HESSEL, Carolina; ROSA, Fabiano; KARNOPP, L. B. <b>Cinderela Surda</b>. Canoas: ULBRA, 2003.</p> <p>HERNÁNDEZ, Fernando. <b>Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho</b>. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane; SALES, Heloisa M. <b>Artes visuais da exposição à sala de aula</b>. São Paulo: EDUSP, 2005.</p> <p>LOWENFELD, V.; BRITAIN, W.L. <b>Desenvolvimento da capacidade criadora</b>. São Paulo: Mestre Jou, 1977.</p> <p>PILLAR, Analice Dutra (Org.). <b>A educação do olhar no ensino das artes</b>. Porto Alegre: Mediação, 1999.</p> <p>ROSA, Fabiano; KARNOPP, Lodenir. <b>Adão e Eva</b>. Ilustrações de Maristela Alano. Canoas: ULBRA, 2005.</p> <p>_____. <b>Patinho Surdo</b>. Ilustrações de Maristela Alano. Canoas: ULBRA, 2005.</p> <p>SILVEIRA, Carolina Hessel; ROSA, Fabiano; KARNOPP, L. B. <b>Rapunzel Surda</b>. Canoas: ULBRA, 2003. p. 36.</p>		

### 17.3 Ementas e bibliografia das disciplinas do eixo de formação pedagógica

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Organização do Trabalho Acadêmico	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h		<b>PERÍODO:</b> 2º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>As Ciências e o Conhecimento Científico: sua natureza e o modo de construção nas Ciências Humanas e Sociais. Diferentes formas de conhecimento da realidade. A construção do conhecimento científico e a pesquisa em educação. Aspectos técnicos do trabalho científico. Diretrizes para a leitura, análise e interpretação de textos.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <b>NBR 14724:</b> informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, abr. 2011a.</p> <p>CARVALHO, M. C. M. de (Org.). <b>Construindo o saber:</b> metodologia científica - fundamentos e técnicas. Campinas: Papyrus, 1994.</p> <p>IDE, P. <b>A arte de pensar.</b> São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do trabalho científico.</b> 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <b>NBR 6021:</b> informação e documentação: publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, maio 2003a.</p> <p>_____. <b>NBR 6023:</b> informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, ago. 2002.</p> <p>_____. <b>NBR 10520:</b> informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, ago. 2002b.</p> <p>_____. <b>NBR 15287:</b> informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, abr. 2011b.</p> <p>_____. <b>NBR 6027:</b> informação e documentação: sumário – apresentação. Rio de Janeiro, jan. 2013.</p> <p>TONET, Ivo. <b>Método científico:</b> uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Profissão Docente	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 60h		<b>PERÍODO:</b> 1º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>A constituição histórica do trabalho docente. A natureza do trabalho docente. Trabalho docente e relações de gênero. A autonomia do trabalho docente. A proletarização do trabalho docente. Papel do Estado e a profissão docente. A formação e a ação política do docente no Brasil. A escola como <i>locus</i> do trabalho docente. Profissão docente e legislação.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>BRANDÃO, C. R. <b>O que é educação</b>. São Paulo: Brasiliense, 1992.</p> <p>COSTA, M. V. <b>Trabalho docente e profissionalismo</b>. Porto Alegre: Sulina, 1996.</p> <p>ESTRELA, M. T. (Org.). <b>Viver e construir a profissão docente</b>. Porto: Porto, 1997.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>ARROYO, Miguel. <b>Ofício de mestre</b>. São Paulo: Vozes, 2001.</p> <p>FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</b>. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>LESSARD, C.; TARDIF, M. <b>O trabalho docente</b>. São Paulo: Vozes, 2005.</p> <p>NÓVOA, A. (Org.). <b>Vidas de Professores</b>. Porto: Porto, 1992.</p> <p>TARDIF, M. <b>Saberes docentes e formação profissional</b>. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Política e Organização da Educação Básica no Brasil	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h	<b>PERÍODO:</b> 2º	
<b>EMENTA:</b>		
<p>A Educação escolar brasileira no contexto das transformações da sociedade contemporânea. Análise histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino e dos planos e diretrizes para a educação escolar brasileira. Estudo da estrutura e da organização do sistema de ensino brasileiro em seus aspectos legais, organizacionais, pedagógicos, curriculares, administrativos e financeiros, considerando, sobretudo a LDB (Lei 9.394/96) e a legislação complementar pertinente.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b>		
<p>AGUIAR, M. A. A formação do profissional da educação no contexto da reforma educacional brasileira. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). <b>Supervisão educacional para uma escola de qualidade</b>. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>BRASIL. <b>Constituição da República Federativa do Brasil</b>, 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.</p> <p>_____. <b>Lei de diretrizes e bases da educação nacional</b>: Lei 9.394/96 (apresentação Carlos Roberto Jamil Cury). 4. ed. Rio de Janeiro: DP &amp; A, 2001.</p> <p>FÁVERO, O. (Org.). <b>A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)</b>. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b>		
<p>_____. <b>Lei nº 10.639</b>, de 9 de janeiro de 2003. Brasília. Presidência da República. 2003.</p> <p>_____. <b>Plano Nacional de Educação</b>. Brasília. Senado Federal, UNESCO, 2001.</p> <p>_____. <b>Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica</b>. Brasília. Conselho Nacional de Educação. 2001.</p> <p>LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. <b>Educação Escolar</b>: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>VERÇOSA, E. de G. (Org.). <b>Caminhos da educação da colônia aos tempos atuais</b>. Maceió: Catavento, 2001.</p>		



<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Desenvolvimento e Aprendizagem	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h	<b>PERÍODO:</b> 3º	
<b>EMENTA:</b>		
<p>Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento humano e da aprendizagem na adolescência e na fase adulta, relacionando-os com as diversas concepções de homem e de mundo, identificando a influência das diferentes teorias psicológicas na educação, numa perspectiva histórica. Relação entre situações concretas do cotidiano do adolescente e do adulto com as concepções teóricas de aprendizagem estudadas, considerando os fundamentos psicológicos do desenvolvimento nos aspectos biológico, cognitivo, afetivo e social na adolescência e na fase adulta através das principais teorias da Psicologia do Desenvolvimento.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b>		
<p>BECKER, F. <b>Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos</b>. Educação e Realidade. Porto Alegre: ARTMED, 2001.</p> <p>FERREIRA, M. G. <b>Psicologia Educacional</b>: análise crítica. São Paulo: Cortez, 1987.</p> <p>INHELDER, B.; PIAGET, J. <b>Da lógica da criança à lógica do adolescente</b>: ensaio sobre a construção das estruturas operatórias formais. São Paulo: Livraria Pioneira Editores, 1976.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b>		
<p>BIAGGIO, A. M. B. <b>Psicologia do Desenvolvimento</b>. Petrópolis: Vozes, 1988.</p> <p>CASTRO, A. D. de. <b>Piaget e a Didática</b>: ensaios. São Paulo: Saraiva, 1974.</p> <p>GALLANTIN, J. <b>Adolescência e Individualidade</b>. São Paulo: Harbra, 1978.</p> <p>GOULART, I. B. <b>Psicologia da Educação</b>: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 1987.</p> <p>LIBÂNIO, J. C. <b>Psicologia Social</b>: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.</p> <p>CAPRA, F. <b>O Ponto de Mutação</b>. São Paulo: Cultrix, 1982.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h		<b>PERÍODO:</b> 4º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Estudo dos princípios, fundamentos e procedimentos do planejamento, do currículo e da avaliação, segundo os paradigmas e normas legais vigentes norteando a construção do currículo e do processo avaliativo no Projeto Político Pedagógico da escola de Educação Básica.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>BRZEZINSKI, I. (Org). <b>LDB Interpretada:</b> diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>COSTA, M. V. (Org). <b>O currículo nos limiares do contemporâneo.</b> 2. ed. Rio de Janeiro: DP&amp; A, 1999.</p> <p>ROMÃO, J. E. <b>Avaliação dialógica:</b> desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1998. (Guia da Escola Cidadã v.2).</p> <p>SAVIANI, D. <b>Pedagogia histórico-crítica:</b> primeiras aproximações. São Paulo: Cortez; Autores associados, 1992.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>BRASIL. Congresso Nacional. <b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.</b> Brasília, 20 de dezembro de 1996</p> <p>_____. <b>Diretrizes Curriculares para a Educação Básica.</b> Resoluções CNE/CEB nº 1 de 05.07.2000; nº 2 de 19.04.1998; nº 3/98 de 26.06.98; nº 1 de 05.07.2000; nº 2 de 19.04.1999; nº 3/99 de 03.04de 2002.</p> <p>GADOTI, M. Projeto Político Pedagógico da Escola: fundamentos para a sua realização. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. <b>Autonomia da escola:</b> princípios e propostas. Guia da escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 1997. p. 33-41.</p> <p>HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. <b>A organização do currículo por projetos de trabalho:</b> o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.</p> <p>SANTOMÉ, J. T. <b>Globalização e Interdisciplinaridade:</b> o currículo integrado. Tradução de Cláudia Shilling. Porto Alegre: ARTMED, 1998.</p> <p>SAUL, A. M. <b>Avaliação Emancipatória.</b> São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1998.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 40h		<b>PERÍODO:</b> 5º
<b>EMENTA:</b>		
<p>A Escola como organização social e educativa. As Instituições escolares em tempos de mudança. O planejamento escolar e o Projeto Político-Pedagógico: pressupostos e operacionalização. Concepções de organização e gestão do trabalho escolar. Elementos constitutivos do sistema de organização e gestão da escola. Princípios e características da gestão escolar participativa. A participação do professor na organização e gestão do trabalho da escola.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b>		
<p>BICUDO, M. A. V.; SILVA JÚNIOR, M. A. <b>Formação do educador:</b> organização da escola e do trabalho pedagógico. v.3. São Paulo: ENESP, 1999.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. <b>Organização e gestão da escola:</b> teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.</p> <p>VASCONCELOS, C. dos S. <b>Planejamento:</b> Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2001.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b>		
<p>VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. (Org). <b>Escola:</b> espaço do Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Papirus, 1998.</p> <p>VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Org.). <b>As dimensões do projeto político-pedagógico.</b> São Paulo: Papirus, 2001.</p> <p>VIEIRA, S. L. (Org.). <b>Gestão da escola:</b> desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&amp;A , 2002.</p> <p>LIMA, Licínio C. <b>A escola como organização educativa.</b> São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>PETEROSKI, H. <b>Trabalho coletivo na escola.</b> São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Pesquisa Educacional	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 60h		<b>PERÍODO:</b> 6º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Pressupostos e características da pesquisa em educação. A pesquisa quantitativa e qualitativa em educação. Diferentes abordagens metodológicas de pesquisa em educação. Fontes de produção da pesquisa educacional: bibliotecas, meios informatizados, leitura e produção de textos e artigos com diferentes abordagens teóricas. Etapas de um projeto de pesquisa educacional para o Trabalho de Conclusão de Curso. O profissional da educação frente aos desafios atuais no campo da pesquisa educacional.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>BICUDO, M.; SPOSITO, Vitória. <b>Pesquisa qualitativa em educação</b>. Piracicaba: UNIMEP, 1994.</p> <p>FAZENDA, I. (Org.). <b>Metodologia da pesquisa educacional</b>. São Paulo: Cortez, 1989.</p> <p>LAVILLE, C.; DIONNE, J. <b>Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas</b>. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/Editora da UFMG, 1999.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>FRANCO, C.; KRAMER, S. <b>Pesquisa e educação</b>. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.</p> <p>GARCIA, R. L. (Org.). <b>Método: pesquisa com o cotidiano</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2003.</p> <p>GATTI, B. <b>A construção da pesquisa em educação no Brasil</b>. Brasília: Plano, 2002.</p> <p>MINAYO, M. C. S. (Org.). <b>Pesquisa Social</b>. Petrópolis: Vozes, 1999.</p> <p>ZAGO, N; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. (Org.). <b>Itinerários de pesquisa</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2003.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Metodologia de Ensino da Língua Brasileira de Sinais	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 60h		<b>PERÍODO:</b> 4º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Discussão acerca de aspectos metodológicos direcionados ao ensino da língua de sinais por meio do contexto e textualização em sinais articulada com o uso da língua e da prática da análise linguística. Elaboração de propostas para o ensino de língua de sinais a partir da diversidade textual sinalizada: análise dos aspectos temáticos, estruturais, linguísticos e a funcionalidade dos textos nos diferentes contextos sociais.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>DORZIAT, Ana. Bilinguismo e surdez: para além de uma visão linguística e metodológica. In: SKLIAR, C. (Org). <b>Atualidade da educação bilíngue para surdos</b>. Porto Alegre: Mediação, 1999. v. 1.</p> <p>LUJÁN, M. A. “As crianças surdas adquirem sua língua”. In: MOURA, M.C.; LODI, A. C. B.; PEREIRA, M. C. C. (Org.). <b>Língua de sinais e educação do surdo</b>. São Paulo: Tec Art, 1993. (Série de Neuropsicologia, 3).</p> <p>POKER, R. B. <b>Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas</b>: uma proposta de intervenção educacional. 2001. 363 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>H; VANDRESEN, P. <b>Tópicos de linguística aplicada</b>: o ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988.</p> <p>KARNOPP, L. B. <b>Aquisição do parâmetro configuração de mão dos sinais da LIBRAS</b>: estudo sobre quatro crianças surdas filhas de pais surdos. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.</p> <p>LACERDA, Cristina B. F. de; MANTELATTO, Sueli A. C.; LODI, Ana Claudia B. Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos. In: <b>Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingue-Bicultural para Sordos</b>. Santiago de Chile, jul. 2001.</p> <p>SÁ, N. R. L. de. <b>Educação de surdos</b>: a caminho do bilinguismo. Niterói: Eduff, 1999.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Estágio Supervisionado 1	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h		<b>PERÍODO:</b> 5º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Introdução ao contexto histórico e situação atual do ensino da LIBRAS no Brasil. Conscientização sobre as questões políticas em torno da sua implantação, em diferentes instâncias educativas. Discussão sobre os documentos oficiais que regulamentam o ensino e aprendizagem da LIBRAS no Ensino Básico, técnico e superior, bem como o papel do professor no processo educativo. Observação dos aspectos políticos e didático-metodológicos em torno do ensino da LIBRAS, em diferentes instâncias educativas. Atividade prática de desenvolvimento de planos de aula e aplicação de atividades pedagógicas, em contextos de ensino e aprendizagem de LIBRAS. Uso de vídeos educacionais, para a reflexão sobre a prática em sala de aula.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>BRASIL. <b>Parâmetros Curriculares Nacionais</b>. Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Língua Estrangeira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Fundamental, 1999.</p> <p>BRASIL. <b>Orientações curriculares para o ensino médio</b>: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. p. 87-165.</p> <p>SÁ, Nídia Regina Limeira de. <b>Cultura, poder e educação de surdos</b>. Manaus: INEP, 2002.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>BUENO, J. G. S. <b>Educação especial brasileira</b>: questões conceituais e de atualidade. São Paulo: EDUC - Editora da PUC/SP, 2011. v. 1.</p> <p>SOARES, Maria Aparecida Leite. <b>A Educação do Surdo no Brasil</b>. Campinas, SP: Autores Associados, EDUSF, 1999.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Estágio Supervisionado 2	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h		<b>PERÍODO:</b> 6º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Discussão sobre a importância da formação crítica e reflexiva do professor. Conhecimento relativo ao ensino e aprendizagem de LIBRAS, a partir do trabalho com as quatro habilidades (sinalização-produção, sinalização-compreensão, leitura de sinais e escrita de sinais), bem como criação de estratégias para desenvolvê-las e avaliá-las, de forma significativa e processual. Reflexão sobre problemas relacionados à violência, desmotivação e indisciplina nas escolas. Atividades práticas de elaboração e implementação de planos de aulas, oficinas e projetos, em diferentes instâncias educacionais. Uso de vídeos educacionais, para a reflexão sobre a prática em sala de aula.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>ECCHELI, S. D. A motivação como prevenção da indisciplina. <b>Educação em Revista</b>, n. 32, p. 199-213, 2008.</p> <p>BRASIL, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. <b>Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, v. 1 - Linguagem, Código e suas Tecnologias</b>. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2006.</p> <p>ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. <b>Linguística aplicada: ensino de línguas e comunicação</b>. Campinas: Pontes Editores e ArteLíngua, 2005.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>DOLZ, J. ; SCHNEUWLY, B. Os gêneros escolares – das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. <b>Gêneros orais e escritos na escola</b>. Tradução de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2007.</p> <p>LEFFA, V. J. Metodologia do ensino de línguas. In: BOHN, H. I.; VANDRESEN, P. <b>Tópicos em linguística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras</b>. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988. p. 211-236.</p> <p>RICHARDS, J. C.; RODGERS, T. S. <b>Enfoques y métodos en la enseñanza de idiomas</b>. Madrid: Cambridge University Press, 2001.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Estágio Supervisionado 3	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h		<b>PERÍODO:</b> 7º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Ação docente entendida como regência de classe em diversos formatos de sala de aula (grupal, atendimento individual, atividade de campo e extra-curricular), contendo a elaboração e operacionalização de projetos pedagógicos com foco no Ensino Básico e Técnico. Participação em atividades pedagógicas complementares à atividade docente (estudos, reuniões, conselhos de classe, etc.). Análise crítica de materiais didáticos destinados para esse segmento de ensino (com ênfase nos materiais escolhidos pelo PNLD). Criação de materiais em suporte impresso e digitais e planejamento de unidades didáticas completas.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>BRASIL. <b>Guia de Livros Didáticos PNLD 2011</b>. Língua Estrangeira Moderna. Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação, 2010.</p> <p>DIAS, R. Critérios para a avaliação do Livro Didático (LD) de Língua Estrangeira (LE). In: _____.; CRISTOVÃO, V. L. L. (Org.). <b>O livro Didático de Língua Estrangeira: Múltiplas Perspectivas</b>. Campinas: Mercado de Letras, 2009, p. 199-234.</p> <p>GIOVANNINI, A. et al. <b>Profesor en acción 3</b>. Destrezas, Edelsa, Madrid, 1996.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>ALMEIDA, R. S.; GIMENEZ, T. N. A necessidade do professor reflexivo para o uso crítico dos materiais de apoio ao ensino e à aprendizagem de língua estrangeira. <b>Entretextos</b>. Londrina, v. 10, n. 1, p. 69-84, jan./jun.2010.</p> <p>DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. <b>Gêneros orais e escritos na escola</b>. Tradução de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2007.</p> <p>VERGNANO-JUNGER, C. de S.; Reflexão, teoria e prática sobre leitura e Internet: caminhos para orientação do professor de língua estrangeira. In: TAVARES, K. C. do A.; BECHER-COSTA, S. B. A.; FRANCO, C. de P. (Org.). <b>Ensino de Leitura: fundamentos, práticas e reflexões para professores da era digital</b>. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2011. p. 106-131.</p>		



<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Estágio Supervisionado 4	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 160h		<b>PERÍODO:</b> 8º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Ação docente entendida como regência de classe em diversos formatos de sala de aula (grupal, atendimento individual, atividade de campo e extra-curricular), contendo a elaboração e operacionalização de projetos pedagógicos com foco no Ensino Básico e Técnico. Participação em atividades pedagógicas complementares à atividade docente (estudos, reuniões, conselhos de classe, etc.). Análise crítica de materiais didáticos destinados para esse segmento de ensino (com ênfase nos materiais escolhidos pelo PNLD). Criação de materiais em suporte impresso e digitais e planejamento de unidades didáticas completas.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>BRASIL. <b>Guia de Livros Didáticos PNLD 2012</b>. Língua Estrangeira Moderna. Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação, 2011.</p> <p>BRASIL. <b>Matriz de referência para o ENEM 2009</b>. Brasília: Ministério de Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.</p> <p>BRASIL, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. <b>Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio</b>, v. 1 - Linguagem, Código e suas Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2006.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>DIAS, R. Critérios para a avaliação do Livro Didático (LD) de Língua Estrangeira (LE). In: _____; CRISTOVÃO, V. L. L. (Org.). <b>O livro Didático de Língua Estrangeira: Múltiplas Perspectivas</b>. Campinas: Mercado de Letras, 2009, p. 199-234.</p> <p>SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. <b>Gêneros orais e escritos na escola</b>. Trad. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. 2. ed., Campinas: Mercado das Letras, 2010.</p> <p>VERGNANO-JUNGER, C. de S.; Reflexão, teoria e prática sobre leitura e Internet: caminhos para orientação do professor de língua estrangeira. In: TAVARES, K. C. do A.; BECHER-COSTA, S. B. A.; FRANCO, C. de P. (Org.). <b>Ensino de Leitura: fundamentos, práticas e reflexões para professores da era digital</b>. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2011. p. 106-131.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Fundamentos da LIBRAS	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 60h	<b>PERÍODO:</b> 1º	
<b>EMENTA:</b>		
<p>Estudo dos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais (Libras), com noções práticas de sinais e interpretação, destinado às práticas pedagógicas na educação inclusiva.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b>		
<p>BRITO, Lucinda Ferreira. <b>Por uma gramática de Língua de Sinais</b>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.</p> <p>COUTINHO, Denise. <b>Libras e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças</b>. João Pessoa Editor: Arpoador , 2000</p> <p>FELIPE, Tanya A. <b>Libras em contexto</b>: curso básico, livro do estudante cursista. Brasília: Programa nacional de apoio à educação dos surdos, MEC; SEESP; 2001.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b>		
<p>CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walkíria D.; MAURÍCIO, Aline C. <b>Novo Deit-Libras</b>: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas, de A a Z. 2 v. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.</p> <p>GESSER, A. <b>Libras</b>: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodernir Becker. <b>Língua de sinais brasileira</b>: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>SACKS, Oliver W. <b>Vendo vozes</b>: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 60h		<b>PERÍODO:</b> 7º
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena a partir das leis regulamentadoras de nºs 9.394/96, 10.630/03 e 11.645/08. As culturas africana e indígena na literatura e história brasileiras. Retrospectiva da história da África e dos africanos; o contato entre o europeu e o africano e a chegada dos africanos no Brasil; as diversas formas e tipos de escravidão. Os negros e sua luta no Brasil. A história de um povo resistente. A cultura negra e a cultura indígena. Influência no Brasil. A formação da sociedade nacional.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>BRASIL. <b>Educação anti-racista:</b> caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, 2005.</p> <p>_____. <b>Lei n. 11.645/2008.</b> Brasília: MEC, 2008.</p> <p>GOMES, Nilma Lino (Org.). <b>Um olhar além das fronteiras:</b> educação e relações étnico-raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>BRANDÃO, C. de J. B. <b>A cena do Dia do Índio na TV.</b> Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2010.</p> <p>TIRADENTES, J. A.; SILVA, D. R. da. <b>Sociedade em construção:</b> história e cultura afro-brasileira (o negro na formação da sociedade brasileira). São Paulo: Direção Cultural, 2008.</p> <p>_____. <b>Sociedade em construção:</b> história e cultura indígena brasileira (o índio na formação da sociedade brasileira). São Paulo: Direção Cultural, 2008.</p> <p>REDIKER, Marcus. <b>Navio negroiro:</b> uma história humana. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.</p> <p>SILVA, A. C. da. <b>Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.</b> Salvador: EDUFBA, 2005.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Projetos Integradores 1 ao 7	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 40h		<b>PERÍODO:</b> 1º ao 7º
<b>EMENTA:</b>  Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada curso, bem como temáticas relacionadas ao meio ambiente e outras temáticas transversais.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b>  Ver Anexo D		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b>  Ver Anexo D		

**17.4 Ementas e bibliografia das disciplinas do eixo de formação optativa/eletiva**

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Educação de Surdos e Novas Tecnologias	<b>EIXO:</b> Formação Optativa/Eletiva (FO/E)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 60h		<b>PERÍODO:</b>
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>A utilização do vídeo, da videoconferência, da Internet, das redes e multimídia na educação de surdos. Softwares disponíveis específicos para surdos.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>BARBOSA, R. M. <b>Ambientes Virtuais de Aprendizagem</b>. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>FREITAS, L. C. <b>A internet como fator de exclusão do surdo no Brasil</b>. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2007.</p> <p>MERTZANI, M. Reflexões sobre a língua de sinais e a cultura surda em ambientes de comunicação mediada por computador (CMC): explorações e considerações iniciais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). <b>Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais</b>. Petrópolis: Arara Azul, 2008, p. 367-380.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>PIERRE, L. <b>Cibercultura</b>. São Paulo: Editora 34, 1999.</p> <p>RAMAL, A. C. <b>Educação na cibercultura</b>: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Educação Bilíngue e Escrita de L2 para Surdos	<b>EIXO:</b> Formação Optativa/Eletiva (FO/E)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 60h		<b>PERÍODO:</b>
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Conceitos de Bilinguismo e Educação Bilíngue. Atitudes do ser bilíngue. Aspectos psicolinguísticos e neurolinguísticos no ser bilíngue. Práticas de educação bilíngue. Aspectos históricos, culturais, linguísticos, educacionais e sociais de surdez. Estudos acerca da escrita do Português para surdos. Vocabulário em língua de sinais brasileira.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (Org). <b>Transculturalidade, Linguagem e Educação</b>. Campinas: Mercado das Letras.</p> <p>FERNANDES, Eulália (Org). Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>LODI, Ana Cláudia B.; Harrison, Katryn M. P.; TESKE, Ottmar (Org). <b>Letramento e minorias</b>. Porto Alegre: Mediação, 2002.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>CAGLIARI, Luiz Carlos. <b>Alfabetização e Linguística</b>. São Paulo: Scipione, 2002.</p> <p>DAVID, Ana Maria Fernandes. <b>As concepções de ensino-aprendizagem do Projeto Político-Pedagógico de uma escola de educação bilíngue</b>. São Paulo, 184, p. 2007.</p> <p>GIORDANI, Liliane F. “Quero escrever o que está escrito nas ruas”: representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.</p> <p>HEYE, J.; SAVEDRA, M.. Dimensões de bilinguismo e bilingualidade na aquisição formal da L2. <b>Revista Palavra</b>, n. 3. Rio de Janeiro. Departamento de Letras, PUC-Rio, 1995, p. 78-96.</p> <p>MEGALE, Antonieta Heyden. Bilinguismo e educação bilíngue – discutindo conceitos. <b>Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL</b>, v. 3, n. 5, ago. 2005. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Teoria da Educação e Estudos Surdos	<b>EIXO:</b> Formação Optativa/Eletiva (FO/E)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 60h		<b>PERÍODO:</b>
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>História da surdez e dos surdos. Relações históricas entre a educação e a escolarização. A comunidade surda: organização política, lingüística e social. Os movimentos surdos locais, nacionais e internacionais. Educação dos surdos e família: os pais ouvintes e os pais surdos. O diagnóstico da surdez. As relações estabelecidas entre a família e a criança surda. O impacto na família da experiência visual. A língua de sinais e a família com criança surda. A formação da identidade da criança surda filha de pais ouvintes. Atividades de prática como componente curricular.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>BUENO, J. G. S. <b>Educação especial brasileira:</b> questões conceituais e de atualidade. São Paulo: EDUC - Editora da PUC/SP, 2011. v. 1. 207p</p> <p>SANTANA, Ana Paula. <b>Surdez e linguagem:</b> aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.</p> <p>SKLIAR, Carlos. <b>Educação &amp; exclusão:</b> abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>LUNARDI, Márcia Lise. Família e escola: uma dobradiça no processo de normalização da criança surda. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini. (Org.). <b>A invenção da surdez II:</b> espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.</p> <p>SÁ, Nídia Regina Limeira de, <b>Cultura, Poder e Educação de Surdos.</b> Manaus: INEP, 2002.</p> <p>SACKS, Oliver. <b>Vendo vozes:</b> uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.</p> <p>SANCHES, Carlos M. <b>A Surdez:</b> um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.</p> <p>THOMPSON, Kenneth. Estudos Culturais e educação no mundo contemporâneo. In: SILVEIRA, Rosa Maria. (Org.). <b>Cultura, poder e educação:</b> um debate sobre Estudos Culturais em Educação. Canoas: ULBRA, 2005.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Sociolinguística	<b>EIXO:</b> Formação Optativa/Eletiva (FO/E)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 60h		<b>PERÍODO:</b>
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>História, conceitos, princípios, métodos e aplicações da Sociolinguística.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b></p> <p>ALKMIN, T.; CAMACHO, R. G. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). <b>Introdução à linguística</b>, v. 1. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>CALVET, Louis-Jean. <b>Sociolinguística: uma introdução crítica</b>. São Paulo: Parábola, 2002.</p> <p>LABOV, William. <b>Padrões sociolinguísticos</b>. São Paulo: Parábola, [1972] 2008.</p> <p>MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.). <b>Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação</b>. São Paulo: Contexto, 2003.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b></p> <p>BAGNO, Marcos. <b>Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística</b>. São Paulo: Parábola, 2007.</p> <p>BORTONI-RICARDO, Stella Maris. <b>Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula</b>. São Paulo: Parábola, 2004.</p> <p>CAMACHO, R. G. <b>Da linguística formal à linguística social</b>. São Paulo: Parábola, 2013.</p> <p>MARTELOTTA, M., E. <b>Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso</b>. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>TARALLO, F. <b>A pesquisa sociolinguística</b>. São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>WEINREICH; LABOV; HERZOG. <b>Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística</b>. São Paulo: Parábola, 2006.</p>		



<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> LIBRAS: tradução e interpretação	<b>EIXO:</b> Formação Optativa/Eletiva (FO/E)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 60h	<b>PERÍODO:</b>	
<b>EMENTA:</b>		
<p>Fundamentos de tradução e interpretação na especificidade das línguas de sinais. Problemas teóricos e práticos da tradução e interpretação de Libras como língua fonte ou alvo. O papel do intérprete de língua de sinais na sala de aula e uma postura ética. A representação do “intérprete-pedagógico” na educação de surdos.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</b>		
<p>PEREIRA, M. C. P.; RUSSO, A. <b>Tradução e Interpretação de Língua de Sinais:</b> técnicas e dinâmicas para cursos. São Paulo: Cultura Surda, 2008. v. 1. 90 p.</p> <p>PEREIRA, M. C. P. <b>Intérpretes de língua de sinais e a proficiência linguística em Libras:</b> a visão dos potenciais avaliadores. São Paulo: Tradução &amp; Comunicação, 2010. p. 27-46.</p> <p>QUADROS, R. M. <b>O tradutor e Interpretre de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.</b> Brasília: MEC; SEESP, 2002. Disponível em: &lt;<a href="http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf">http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf</a>&gt;. Acesso em: 24 jan. 2014.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</b>		
<p>AUBERT, F. H. <b>As (in)fideliades da tradução:</b> servidões e autonomia do tradutor. Campinas: Unicamp, 1993.</p> <p>LACERDA, C. B. F. de. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades In: LODI, A. C. E. et al. <b>Letramento e Minorias.</b> Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 120-128.</p> <p>_____. O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: LACERDA, C.B.F. de; GÓES, M. C. R. de (Org.). <b>Surdez:</b> processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000. p. 51-84.</p> <p>LEITE, E. M. C. <b>Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva.</b> Coleção cultura e diversidade. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005. Disponível em: &lt;<a href="http://editora-arara-azul.com.br/portal/index.php/e-books/livros-colecao">http://editora-arara-azul.com.br/portal/index.php/e-books/livros-colecao</a>&gt;. Acesso em: 10 nov. 2013.</p> <p>RICOER, P. <b>Interpretação e ideologias.</b> 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.</p>		

**18 REFERÊNCIAS**

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I e II**. Campinas: Pontes, 1988.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília. Conselho Nacional de Educação, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei 9.394/96 / apresentação Carlos Roberto Jamil Cury. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Brasília. Presidência da República, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei no 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília, SEF/MEC, 1998.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. Brasília. Senado Federal, UNESCO, 2001.

\_\_\_\_\_. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no 9394/96**. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/reforma/ldb.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes curriculares para os cursos de Letras. **Parecer CNE/CES 492/2001a**.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP 28/2001b**.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES 1363/2001c**.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 2**, de 19 de fevereiro de 2002a.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 18**, de 13 de março de 2002b.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 1**, de 18 de fevereiro de 2002c.

BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 2000.

CALVET, Louis-Jean. **Las políticas lingüísticas**. Buenos Aires: Edicial, 1997.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 5. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

CAVALCANTI, M.; MOITA LOPES, L. P. Implementação da pesquisa na sala de aula de línguas no contexto brasileiro. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, n. 17, 1991.

FELIPE, Tanya Amara. Políticas públicas para a inserção da LIBRAS na educação de surdos. In: **Espaço: informativo técnico-científico do INES**, n. 25, jan/jun 2006. Rio de Janeiro: INES, 2006.

FORMIGA, Marcos; LITTO, Fredric M. **Educação a Distância: o estado da arte**. Pearson Education do Brasil: São Paulo, 2009.

FREITAS, Alice Cunha de; CASTRO, Maria de Fátima F. (Orgs.). **Língua e literatura: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2003.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. Guia da escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 1997. p 33-41.

GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

GREGORY, Michael; CARROLL, Susanne. **Language and situation: language and society**. London, UK: Western Printing Services Ltd, 1978.

GOLDFELD, M. A. **Criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

HAGÈGE, Claude. **Halte à la mort des langues**. Paris: Ed. Odile Jacob, 2001

KRAMSCH, Claire. **Context and Culture in Language Teaching**. Oxford: OUP, 2000.

LAZAR, Gillian. **Literature and Language Teaching**. Cambridge. CUP, 1993.

LICERAS, J.M. **La adquisición de las lenguas extranjeras**. Madrid, Visor, 1992, p. 143-152.

LYONS, John. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARTIN, Robert. *Para entender a linguística*: epistemologia elementar de uma disciplina. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo, São Paulo: Parábola, 2003. p. 161-180.

MASON, R.; KAYE, A. R. (Eds). **Mindweave**: communication, computers and distance education, Oxford, Pergamon Press, 1989.

MEC. **Orientações curriculares para o Ensino Médio**. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Disponível em: <[www.portal.mec.gov.br/seb](http://www.portal.mec.gov.br/seb)>.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

QUADROS, R. M.; PATERNO, U. Políticas lingüísticas: o impacto do decreto 5626 para os surdos brasileiros. In: **Espaço**: informativo técnico-científico do INES, n. 25, jan/jun 2006. Rio de Janeiro: INES, 2006.

RIVENC, Paul. **Pour aider à communiquer dans une langue étrangère**. Paris: Didier Éruditions, et Centre International de Phonétique appliquée, 2001.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

SACKS, O. **Vendo vozes** – uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SKILIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKILIAR, C. **Educação e exclusão**. Porto Alegre: Medição, 1997.

SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org). **A Temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC / MARI / UNESCO, 1995.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. **Teoria da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

TRUDGILL, Peter. **Sociolinguistics**: an introduction. Great Britain: Penguin Books, 1974.

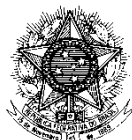
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Faculdade de Letras. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras/Espanhol**. Maceió, 2007. 90p.

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, Marília (Org.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**. São Paulo: Papirus, 2001.

## ANEXO A – PARECER CNE/CES Nº 492/2001, DE 03 DE ABRIL DE 2001

### LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

PARECER CNE/CES 492/2001, DE 03 DE ABRIL DE 2001  
 Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de  
 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.



### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

### DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE LETRAS

#### Introdução

Esta proposta de Diretrizes Curriculares leva em consideração os desafios da educação superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. Concebe-se a Universidade não apenas como produtora e detentora do conhecimento e do saber, mas, também, como instância voltada para atender às necessidades educativas e tecnológicas da sociedade. Ressalta-se, no entanto, que a Universidade não pode ser vista apenas como instância reflexa da sociedade e do mundo do trabalho. Ela deve ser um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos.

A área de Letras, abrigada nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas.

Decorre daí que os cursos de graduação em Letras deverão ter estruturas flexíveis que:

- facultem ao profissional a ser formado opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho;
- criem oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional;
- dêem prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno;
- promovam articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articulação direta com a pós-graduação;
- propiciem o exercício da autonomia universitária, ficando a cargo da Instituição de Ensino Superior definições como perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio.

Portanto, é necessário que se amplie o conceito de currículo, que deve ser concebido como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada. Por sua natureza teórico-prática, essencialmente orgânica, o currículo deve ser constituído tanto pelo conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, como pelos objetivos que busca alcançar. Assim, define-se currículo como todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integram um curso. Essa definição introduz o conceito de atividade acadêmica curricular – aquela considerada relevante para que o estudante adquira competências e habilidades necessárias a sua formação e que possa ser avaliada interna e externamente como processo contínuo e transformador, conceito que não exclui as disciplinas convencionais.

Os princípios que norteiam esta proposta de Diretrizes Curriculares são a flexibilidade na organização do curso de Letras e a consciência da diversidade / heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão.

A flexibilização curricular, para responder às novas demandas sociais e aos princípios expostos, é entendida como a possibilidade de:

- eliminar a rigidez estrutural do curso;
- imprimir ritmo e duração ao curso, nos limites adiante estabelecidos;
- utilizar, de modo mais eficiente, os recursos de formação já existentes nas instituições de ensino superior.

A flexibilização do currículo, na qual se prevê nova validação de atividades acadêmicas, requer o desdobramento do papel de professor na figura de orientador, que deverá responder não só pelo ensino de conteúdos programáticos, mas também pela qualidade da formação do aluno.

Da mesma forma, o colegiado de graduação do curso de Letras é a instância competente para a concepção e o acompanhamento da diversidade curricular que a IES implantará.

## Diretrizes Curriculares

### 1. Perfil dos Formandos

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro.

Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários.

## 2. Competências e Habilidades

O graduado em Letras, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira clássica ou moderna, nas modalidades de bacharelado e de licenciatura, deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Nesse sentido, visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- domínio do uso da língua portuguesa ou de uma língua estrangeira, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;
- utilização dos recursos da informática;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

O resultado do processo de aprendizagem deverá ser a formação de profissional que, além da base específica consolidada, esteja apto a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverá ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. O profissional de Letras deverá, ainda, estar comprometido com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a

importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

### 3. Conteúdos Curriculares

Considerando os diversos profissionais que o curso de Letras pode formar, os conteúdos caracterizadores básicos devem estar ligados à área dos Estudos Linguísticos e Literários, contemplando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Os estudos linguísticos e literários devem fundar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.

De forma integrada aos conteúdos caracterizadores básicos do curso de Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos sequenciais, de acordo com as diferentes propostas dos colegiados das IES e cursadas pelos estudantes.

No caso das licenciaturas deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras pressupõe o desenvolvimento de atividades de caráter prático durante o período de integralização do curso.

### 4. Estruturação do Curso

Os cursos devem incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado.

Os cursos de licenciatura deverão ser orientados também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

### 5. Avaliação

A avaliação a ser implementada pelo colegiado do curso de Letras deve constituir processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo, devendo pautar-se:

- pela coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso de Letras;
- pela validação das atividades acadêmicas por colegiados competentes;



- pela orientação acadêmica individualizada;
- pela adoção de instrumentos variados de avaliação interna;
- pela disposição permanente de participar de avaliação externa.

Fonte: Brasil (2001), disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0492.pdf>>.

**ANEXO B – RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002****CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR****RESOLUÇÃO CNE/CES 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002.(\*)**

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Letras deverá explicitar:

- o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- as competências gerais e habilidades específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação;
- os conteúdos caracterizadores básicos e os conteúdos caracterizadores de formação profissional, inclusive os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- a estruturação do curso;
- as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de Letras, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP 2/2002, integrante do Parecer CNE/CP 028/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**ARTHUR ROQUETE DE MACEDO**  
Presidente da Câmara de Educação Superior

Fonte: Brasil (2002), disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES182002.pdf>>.

---

(\*) CNE. Resolução CNE/CES nº 18/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 34.

**ANEXO C – RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002****CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO PLENO****RESOLUÇÃO CNE/CP 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002. (\*)**

Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 7º § 1º, alínea “f”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com fundamento no Art. 12 da Resolução CNE/CP 1/2002, e no Parecer CNE/CP 28/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 2º A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o § 2º e o § 5º do Art. 6º, o § 2º do Art. 7º e o §2º do Art. 9º da Resolução CNE/CP 1/99.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Fonte: <http://www.mec.gov.br/cne/ftp/CNE/CP022002.doc>

---

(\*) CNE. Resolução CNE/CP 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.



Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o

curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A LIBRAS constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

[...] Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fonte: Brasil (2005), disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)>.

## ANEXO D – MINUTA DOS PROJETOS INTEGRADORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE LETRAS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS  
COMISSÃO DE PROJETOS INTEGRADORES  
GUIA DE REALIZAÇÃO DOS PROJETOS INTEGRADORES

DISCIPLINA: PROJETOS INTEGRADORES  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS POR SEMESTRE

EMENTA: Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada curso.

PROPOSTA: Integrar as diferentes áreas de conhecimento dos cursos de Letras (e áreas afins, quando necessário).

REALIZAÇÃO: A proposta da disciplina será realizada através de elaboração de projetos que deverão integrar duas ou mais disciplinas do semestre ao qual o projeto se refere.

EXECUÇÃO:

1. Cada turma de Projetos Integradores tem um/a coordenador/a geral, que é responsável pelos aspectos formais (receber dos professores as inscrições de temas e de alunos inscritos para o seu projeto, repassar essas inscrições à Coordenação de Letras, supervisionar, convocar reuniões, organizar e divulgar atividades vinculadas aos PIs).
2. Todos os professores (inclusive substitutos) podem propor um tema para o desenvolvimento de um projeto no semestre em curso. O tema do projeto pode estar vinculado ao tema geral proposto pela comissão de PIs ou pode ser escolhido pelo professor que se propuser a orientar um determinado grupo de alunos.
3. Para que haja a integração desejada entre as disciplinas, é necessário que todos os professores disponham-se a colaborar com qualquer projeto quando a sua competência se fizer necessária para o desenvolvimento do projeto em questão.
4. O professor propõe o tema aos alunos e inscreve o seu grupo de trabalho. Essa inscrição será feita em duas vias, que são entregues ao coordenador de PIs. Uma das vias é encaminhada para ser arquivada na coordenação dos cursos de Letras.

5. O número de alunos por equipe para um projeto é de, no mínimo, 5 e, no máximo, 10 alunos.

6. A nota final do PIs resulta da avaliação de:

- a) um trabalho escrito individualmente;
- b) uma apresentação em forma de comunicação oral, entre 15 a 20 minutos, (acatam-se outras formas de apresentação, desde que sejam julgadas adequadas pela comissão) na semana de avaliação de projetos;
- c) frequência do aluno às apresentações dos trabalhos na semana. (Dado que as apresentações dos trabalhos visam a estimular o debate entre estudantes e professores, espera-se que a presença dos estudantes não se restrinja a sua própria apresentação.)

7. A avaliação é feita da seguinte forma:

- a) a nota do trabalho escrito é atribuída pelo professor orientador.
- b) a nota da apresentação dos trabalhos é atribuída pela comissão examinadora
- c) a nota da frequência do aluno é atribuída pela presença a todas as apresentações de PIs do seu respectivo turno.

O resultado final é a média ponderada das notas do professor orientador (peso:4); da média aritmética das notas dos professores da comissão examinadora (peso:4); e a frequência do aluno durante as apresentações dos trabalhos (peso 2):

$$NA = \frac{NPO \times 4 + NCE \times 4 + NFA \times 2}{10}$$

NPO – nota do professor orientador

NCE – nota da comissão examinadora

NFA – nota da frequência do aluno (100%)

8. A comissão examinadora é definida após a inscrição dos projetos.

9. Os casos omissos são analisados pela Comissão dos PIs.

**ANEXO E – RESOLUÇÃO Nº 2/2009 – FALE, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009  
(NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO  
DO CURSO)**

**Universidade Federal de Alagoas  
Faculdade de Letras - Fale**



**Faculdade de Letras**  
Universidade Federal de Alagoas

**RESOLUÇÃO Nº 2/2009  
FACULDADE DE LETRAS**

Aprovada em Sessão Plenária  
realizada em setembro de 2009.

Setembro de 2009.



**RESOLUÇÃO Nº 2/2009 – FALE, de 17 de setembro de 2009.**

ESTABELECE NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE LETRAS – FALE.

**O CONSELHO DA FACULDADE DE LETRAS**, no uso das atribuições conferidas pelo art. 6º do Regimento Interno, CONSIDERANDO as indicações de reformulação feitas pela Comissão de Reestruturação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e de acordo com a deliberação tomada, por ampla maioria, na Plenária Ordinária mensal ocorrida em 17 de setembro de 2009,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Os TCCs serão coordenados por um/a professor/a do Curso de Letras da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), nomeado/a pelo/a Diretor/a da Faculdade, através de Portaria, por um período de um ano letivo, podendo ser reconduzido/a.

**Parágrafo único.** atribuições do coordenador. Dentre as atribuições do/a coordenador/a do TCC, estão: julgar se há compatibilidade entre a área de experiência/especialização do orientador e o tema do TCC, podendo rejeitar uma carta de aceite; receber a monografia do TCC; encaminhar a documentação após entrega da versão final; receber a carta de aceitação; e solicitar um/a orientador/a para o/a aluno/a que ainda não o/a tenha.

**Art. 2º** – O TCC de Letras consistirá em uma pesquisa de caráter monográfico, apresentada em forma de artigo ou ensaio.

**Art. 3º** – O objetivo geral do TCC é propiciar aos/às alunos/as do Curso de Letras a oportunidade de elaborar um trabalho acadêmico-científico relacionado aos estudos linguísticos e literários, constantes do desenho curricular de Letras, e elaborado segundo as normas técnicas de produção de trabalhos científicos.

**Art. 4º** – A pesquisa do TCC deverá ser desenvolvida individualmente.

**Art. 5º** – O/A aluno/a deverá solicitar orientação a um/a professor/a, que lhe dará uma carta de aceitação.

**§1º** – A carta de aceitação, que terá validade de dois períodos letivos, deverá ser encaminhada ao/à Coordenador/a do TCC, acompanhada da proposta de trabalho.

**§2º** – A carta de aceitação deverá ser encaminhada a partir do 5º período até o final do 6º período letivo.

**§3º** – O/A aluno/a que estiver sem orientador/a deverá encaminhar ao/à Coordenador/a do TCC uma solicitação de orientação, no 5º semestre do Curso, acompanhada da proposta do TCC, para as devidas providências.

**Art. 6º** – O TCC poderá ser desenvolvido sob a orientação de professores/as tanto de Letras quanto de outros cursos da Ufal, desde que aqueles/as estejam cadastrados junto à Coordenação de Letras e tenham produção e/ou experiência vinculada à área de estudos do trabalho.

**Parágrafo único.** O/A orientando/a, de comum acordo com seu orientador/a, pode solicitar a colaboração de um/a coorientador/a.

**Art. 7º** – Orientador/a e orientando/a poderão desfazer o vínculo autorizado pela Coordenação de Graduação, mediante justificativa.

**Art. 8º** – Compete ao/à orientador/a:

- a) acompanhar sistematicamente o trabalho dos/as orientandos/as; e
- b) entregar ao/à Coordenador/a do TCC a ficha de acompanhamento semestral do/a orientando/a, ao final de cada semestre letivo.

**Art. 9º** – Compete ao/à orientando/a:

- a) participar das reuniões e sessões de estudo convocadas pelo/a orientador/a;
- b) cumprir os prazos fixados para a entrega de atividades; e

c) apresentar o TCC de conformidade com o Artigo 12 e subsequentes.

**Art. 10** – Os critérios de avaliação do TCC serão os seguintes:

- a) relevância do tema;
- b) adequação da fundamentação teórico-metodológica ao tema;
- c) equilíbrio e inter-relação na divisão das partes do trabalho;
- d) utilização da linguagem acadêmica na redação; e
- e) atendimento aos padrões e às normas técnicas de produção de trabalhos científicos.

**Art. 11** – A formatação do TCC deve apresentar os seguintes requisitos:

- a) a digitação deve ser em espaço 1,5; o papel, em formato A-4; a fonte 12; e o tipo de letra é o *Times New Roman*;
- b) as margens inferior e direita devem ter 2,5cm cada;
- c) as margens superior e esquerda devem ter 3cm;
- d) a encadernação encaminhada para a banca deverá ser em forma impressa simples, sem exigência de brochura;
- e) o TCC deve ter, no mínimo, 15 e, no máximo, 50 páginas, da introdução à conclusão.

**Parágrafo único.** A capa da versão definitiva do TCC deverá seguir o modelo padrão da Fale.

**Art. 12** – A monografia deverá ser entregue ao/à Coordenador/a do TCC no prazo máximo de sessenta dias antes do término do 8º período, em 3 exemplares, para ser encaminhados aos membros da banca examinadora.

**§1º** – O/A orientador/a comunicará à Coordenação do Curso de Letras a composição da banca examinadora.

**§2º** – O/A aluno/a que descumprir o disposto no *caput* do Art. 12 só poderá reapresentar o TCC trinta dias antes do prazo estabelecido pelo cronograma da Reitoria para colações de grau fora do prazo.

**§3º** – O/A aluno/a que descumprir os prazos terá de efetuar matrícula para o TCC.

**Art. 13** – O TCC será avaliado por uma banca examinadora, presidida pelo/a orientador/a da monografia e por mais dois/duas docentes.

**Parágrafo único.** O/A orientador/a deve indicar um/a suplente que fica encarregado/a de substituir qualquer um/a dos/as titulares em caso de impedimento de um/a deles/as.

**Art. 14** – Os/a integrantes da banca examinadora, a contar da data prevista no Art. 12, têm o prazo de até vinte dias para proceder à leitura e à avaliação da monografia.

**§ 1º** - Os/as integrantes da banca examinadora receberão uma cópia do TCC impressa e encadernada de forma simples.

**§ 2º** – O/A discente tem até quinze dias após a divulgação do resultado da banca para entregar a cópia definitiva à Coordenação.

**§ 3º** - A versão definitiva do TCC a ser entregue à Coordenação será em CD.

**Art. 15** – A nota final do/a aluno/a será a média ponderada entre a média aritmética das notas atribuídas pela banca examinadora.

**§1º** – Para aprovação, o/a aluno/a deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete inteiros).

**§ 2º** A apresentação do TCC poderá ser pública ou não, a critério do/a orientador/a.

**§ 3º** - No caso de o TCC ser apresentado de forma pública, a apresentação poderá ocorrer sob a forma de comunicação oral durante a Semana de Letras (1º semestre) ou no Congresso Acadêmico (2º semestre), ou em eventos similares, com a presença dos/as integrantes da banca examinadora.

**§ 4º** A Coordenação de TCC só encaminhará a documentação dos/as alunos/as que tiverem entregado a versão final (em CD e uma cópia impressa) à coordenação.

**Art. 16** – Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Letras.

**Art. 17** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

**CARTA DE ACEITAÇÃO  
ALUNO/A:**

MATRÍCULA: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_

TEL.: \_\_\_\_\_ ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CURSO: \_\_\_\_\_ ANO DE ENTRADA: \_\_\_\_\_ TURNO: \_\_\_\_\_

**ORIENTADOR/A:** \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_ TEL: \_\_\_\_\_ UA: \_\_\_\_\_

ATUAÇÃO NA FALE: ( ) GRADUAÇÃO ( ) PPGLL ( ) NÃO

**PROJETO:** \_\_\_\_\_

OUTROS (ESPECIFIQUE): \_\_\_\_\_

ÁREA DO CONHECIMENTO:

( ) ESTUDOS LINGÜÍSTICOS ( ) ESTUDOS LITERÁRIOS

**FICHA DE ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL  
RELATÓRIO SUCINTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Maceió, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

PROFESSOR/A RESPONSÁVEL: \_\_\_\_\_

COORDENADOR/A: \_\_\_\_\_

**ESTA FICHA DEVERÁ SER ENTREGUE NA COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO  
EM LETRAS ATÉ O PRAZO FINAL DE DIGITAÇÃO DE NOTAS.**

## ANEXO F – RESOLUÇÃO Nº 004/2012 - FALE, de 15 de maio de 2012 (Estágio Supervisionado)



FACULDADE DE LETRAS



### RESOLUÇÃO Nº 004/2012 - FALE, de 15 de maio de 2012.

Estabelece normas para a realização do Estágio Supervisionado do Curso de Letras

O Colegiado do Curso de Letras, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONSIDERANDO** as indicações de reformulação feitas pela Comissão de Estágio Supervisionado;

#### RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas para a realização do Estágio Supervisionado do Curso de Letras da Universidade Federal de Alagoas.

### CAPÍTULO I DO ESTÁGIO E SUAS FINALIDADES

Art. 2º - O Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Português, Inglês, Espanhol e Francês fundamenta-se na Lei nº11.788, de 25.09.2008, na Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, na Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 e na Resolução Nº 71/2006 - CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006 que disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL.

§ 1º. O Estágio é um conjunto de atividades e práticas que consta no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Português, Inglês, Espanhol e Francês como Estágio Supervisionado.

§ 2º. O Estágio visa ao desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional docente – conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do(a) estagiário(a) para a vida cidadã e para o mundo do trabalho.

§ 3º. Os Estágios Supervisionados em Língua Portuguesa, Inglesa, Espanhola e Francesa serão realizados a partir do 5º período e deverão contemplar, por exemplo, atividades de ensino, a observação da prática docente e a regência de aulas nos ensinos Fundamental e Médio.

Art. 3º - São objetivos do Estágio Supervisionado:

I. Formar um profissional atuante, crítico, capaz de transitar pelas esferas do saber, aliando conhecimento, valores socioculturais e necessidades individuais dos alunos.

II. Possibilitar a reflexão sobre o cotidiano escolar, a análise dos pressupostos teóricos estudados e sua prática, a fim de que o(a) estagiário(a) possa assumir posicionamento crítico aliado à competência técnica-metodológica e compromisso político do seu papel na sociedade.

III. Possibilitar, por meio do contato constante com as diversas realidades escolares e instâncias educacionais, a reflexão crítica e contextualizada sobre o papel do educador, da escola e do ensino de língua e literatura da sua habilitação ou área de atuação.

IV. Estabelecer formas de desenvolvimento e articulação entre os componentes curriculares teóricos, a dimensão prática, as disciplinas eletivas, as atividades extensionistas, as ações de formação continuada, os projetos de pesquisa desenvolvidos pelos docentes da FALE.

V. Proporcionar, ao graduando, condições para a reflexão ao fazer a transposição didática dos conteúdos da área de Letras de suas habilitações para a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio);

VI. Proporcionar, ao graduando, condições para o desenvolvimento das atividades de observação, análise, síntese e reflexão críticas do trabalho pedagógico e da realidade em que atua, enquanto agente do processo ensino-aprendizagem para a formação de cidadãos;

VII. Integrar o Curso de Licenciatura em Letras nas habilitações Português, Inglês, Espanhol e Francês da UFAL, às demais Instituições de Educação Básica das redes pública e privada de ensino.

VIII. Tomar a prática como objeto de reflexão organizada e compartilhada, como campo de conhecimento específico do professor;

IX. Envolver-se na prática pedagógica, afetiva e cognitivamente, questionando as próprias crenças, propondo e experimentando alternativas;

X. Promover interações com o corpo docente e discente das instituições parceiras.

Art. 4º – O Estágio Supervisionado deve ser planejado, executado, acompanhado e avaliado pela Comissão de Estágio Supervisionado em conformidade com o Projeto do Curso de Licenciatura em Letras nas habilitações Português, Inglês, Espanhol e Francês da UFAL, e, respeitando, o calendário acadêmico.

## **CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO**

Art. 5º – O (A) estagiário(a) deverá receber da Coordenação de Estágio da Faculdade de Letras os seguintes documentos, no início do semestre letivo:

I – Carta de apresentação do(a) estagiário(a) assinada pela Coordenação de Estágio da Faculdade de Letras atestando que o(a) estagiário(a) é aluno(a) regularmente matriculado(a) e apto(a) a realizar estágio no semestre.

II – Carta de aceite para que o responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio será realizado autorize o(a) estagiário(a) a cumprir as atividades requeridas de estágio.

III – Ficha de controle das atividades de Estágio Supervisionado na qual o(a) estagiário(a) irá registrar as atividades realizadas.

Art. 6º – Ao término do estágio, o(a) estagiário(a) deverá entregar ao professor responsável pelo Estágio Supervisionado:

I – A carta de aceite assinada pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado.

II – O Relatório individual de Estágio Supervisionado.

III – A ficha de controle preenchida corretamente e assinada pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO LOCAL DE REALIZAÇÃO**

Art. 7º – O Estágio Supervisionado será realizado, preferencialmente, em instituições escolares públicas e privadas da Educação Básica, em cursos livres de idiomas, em alguns órgãos da UFAL, bem como projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, desde que apresentem condições para:

- I. Planejamento e execução conjunta das atividades de estágio.
- II. Aprofundamento dos conhecimentos prático-teóricos a partir das experiências vividas em situações concretas das atividades de estágio.

Art. 8º – O Estágio Supervisionado poderá ser realizado em mais de um instituição pública ou privada, na área de formação do aluno.

Parágrafo único – O(A) estagiário(a) deverá, preferencialmente, exercer as atividades de regência na instituição em que desenvolveu o Estágio de observação.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS ATRIBUIÇÕES DOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE ESTÁGIO**

##### **SEÇÃO I**

##### **DO COORDENADOR DO CURSO DE LETRAS**

Art. 9º – Ao Coordenador do Curso compete:

- I. Indicar um membro da Comissão de Estágio Supervisionado como Coordenador de Estágio Supervisionado;
- II. Designar a Comissão de Estágio Curricular Supervisionado responsável pelas providências necessárias à efetiva realização do Estágio;

III. Arquivar por dois anos os documentos comprobatórios dos estagiários (os relatórios de estágio supervisionado assinados pelo professor supervisor e pelo(a) estagiário(a), as fichas de controle de estágio supervisionado e as cartas de aceite e de recebimento do relatório pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado).

Parágrafo único – A Comissão de Estágio Curricular Supervisionado será composta pelo coordenador do Curso de Letras, pelo coordenador de Estágio e por Professores Responsáveis pelo Estágio Supervisionado, lotados na Faculdade de Letras.

## **SEÇÃO II DO COORDENADOR DE ESTÁGIO**

Art. 10º – É de competência do Coordenador de Estágio:

- I – Disponibilizar horário, na coordenação do curso, para planejar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades propostas referentes a essa atividade curricular.
- II – Convocar a Comissão para as reuniões.
- III- Organizar a participação dos integrantes da Comissão nas discussões de planejamento e desenvolvimento do Estágio Supervisionado.
- IV – Vistar, ao final de cada período letivo, os documentos comprobatórios recebidos dos professores responsáveis pelo Estágio Supervisionado.
- V – Entregar os documentos comprobatórios dos estagiários ao Coordenador de Graduação no final de cada período letivo.

Art. 11º – Em relação aos alunos, cabe ao Coordenador de Estágio Supervisionado:

- I – Prestar esclarecimentos a respeito de dúvidas gerais sobre a realização dos estágios.
- II – Divulgar dias e horários de atendimento.

## **SEÇÃO III DA COMISSÃO DE ESTÁGIO**

Art. 12º – À Comissão de Estágio compete:



- I. Avaliar, propor mudanças, se necessário, e aprovar os Planos de Estágio Supervisionado e os instrumentos de avaliação;
- II. Viabilizar o desenvolvimento e o acompanhamento do Estágio Supervisionado;
- III. Participar do Seminário de Socialização do Estágio Supervisionado e estimular a participação dos demais professores do Curso nesse evento;
- IV. Resolver os casos omissos, considerando a legislação vigente.

#### **SEÇÃO IV**

#### **DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO ESTÁGIO**

Art. 13º – Ao Professor Responsável pelo Estágio Supervisionado compete:

- I. Aprovar o Plano de Estágio apresentado pelos estagiários, levando em consideração os objetivos estabelecidos nesta Resolução;
- II. Encaminhar os estagiários para o desenvolvimento do Estágio em Línguas Portuguesa, Espanhola, Inglesa e Francesa na Educação Básica, preferencialmente em unidades escolares da rede pública de ensino e/ou escolas de línguas estrangeiras;
- III. Organizar o Seminário de Socialização do Estágio Supervisionado, o qual visa a avaliar as atividades desenvolvidas pelos estagiários;
- IV. Fixar e divulgar a data e horário do Seminário de Socialização do Estágio Supervisionado;
- V. Acompanhar os estagiários no Seminário de Socialização de Estágio;
- VI. Orientar os estagiários para a apresentação de Relatório ao final de cada período letivo em que o Estágio se realiza;

VII. Avaliar o Relatório Final de Estágio;

VIII. Realizar a avaliação final dos estagiários e efetuar o lançamento das notas no SIE WEB;

IX. Recolher dos estagiários sob sua supervisão, ao final de cada período letivo, os documentos comprobatórios da realização do Estágio Supervisionado (relatórios de estágio assinados, as fichas de controle de estágio supervisionado, as cartas de aceite e de recebimento do relatório pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado) e entregá-los ao Coordenador de Estágio Supervisionado.

## **SEÇÃO V**

### **DO(A) ESTAGIÁRIO(A)**

Art. 14º – É de competência do(a) estagiário(a):

I. Seguir as normas estabelecidas por esta Resolução;

II. Elaborar o Plano de Estágio em comum acordo com o Professor supervisor do Estágio Supervisionado;

III. Apresentar o Plano de Estágio ao Professor Supervisor do Estágio Supervisionado, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da data prevista para o início das atividades;

IV. Acatar as normas da Instituição de Ensino em que ocorrerá o Estágio;

VI. Apresentar, ao final das atividades, o Relatório de Estágio ao Professor supervisor do Estágio Supervisionado;

VII. Participar do Seminário de Socialização de Estágio;

VIII. Apresentar o Relatório de Estágio no Seminário de Socialização de Estágio.

IX. Ter uma postura ética ao manter um ótimo relacionamento com todos os profissionais da unidade escolar e eximir-se de criticá-los, especialmente no local do estágio.

Parágrafo único – o(a) estagiário(a) que desenvolve seu Estágio na instituição em que trabalha deve fazê-lo fora de suas atividades rotineiras ou dentro delas, desde que contemple um caráter inovador.

## **CAPÍTULO V**

### **DO DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO**

#### **SEÇÃO I**

#### **DO PLANO DE ESTÁGIO**

Art. 15º – Deverão constar no Plano de Estágio Supervisionado, obrigatoriamente:

- I. Dados de identificação do(a) estagiário(a);
- II. Identificação do Estabelecimento de Ensino onde será realizado o Estágio;
- III. Pressupostos teóricos dos conteúdos estruturantes;
- IV. Desenvolvimento metodológico dos conteúdos estruturantes a serem aplicados;
- V. Cronograma das atividades a serem desenvolvidas;
- VI. Bibliografia de consulta e de referência.

Art. 16º – O Plano de Estágio deverá ser apresentado pelo estudante ao Professor Responsável pelo Estágio Supervisionado, para análise, discussão e aprovação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da data prevista para início das atividades.

#### **SEÇÃO II**

#### **DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA**

Art. 17º – O Estágio Supervisionado está distribuído em 4 semestres, a partir do quinto período do curso de Letras.

I – A carga horária do Estágio Supervisionado 1 contempla 80 horas e está distribuída em:

5h planejamento

15h supervisão

15h caracterização

20h atividades de estágio no Ensino Fundamental ou Médio (ver observação abaixo)

20h elaboração de relatório

05h socialização das experiências

II – A carga horária do Estágio Supervisionado 2 contempla 80 horas e está distribuída em:

5h planejamento

15h supervisão

30h atividades de estágio no Ensino Fundamental ou Médio (ver observação abaixo)

10h registros sobre a prática

20h elaboração de relatório

III – A carga horária do Estágio Supervisionado 3 contempla 80 horas e está distribuída em:

5h planejamento

5h supervisão

10h para caracterização Unidade Escolar

5h entrevistas

15h observação no ensino fundamental

10h elaboração de aula para regência

15h regência no ensino fundamental

5h socialização das experiências e reflexão

10h elaboração de relatório

IV – A carga horária do Estágio Supervisionado 4 contempla 160 horas e está distribuída em:

10 h planejamento

10 h supervisão

30 h para caracterização da Unidade Escolar

10 h entrevistas

15h observação no ensino médio

20h elaboração de aula

15h regência no ensino médio

05 h socialização das experiências e reflexão

20h elaboração de relatório

Parágrafo único: As atividades de Ensino para o Estágio Supervisionado 1 e 2 podem ser:

- observação de aula
- participação em aulas
- regência de aulas (parcial ou total)
- participação em eventos culturais, reuniões na escola,
- realização de rodas de leitura
- trabalho na biblioteca
- atividades extra classe (festas, gincanas, atividades culturais)
- acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem
- confecção de materiais didáticos
- análise de material didático
- observação de práticas em DVD
- observação e acompanhamento de uma turma-referência
- acompanhamento de grupos de alunos
- pequenos projetos envolvendo o uso de leitura e escrita
- oficinas
- aulas de reforço
- montagem de peças teatrais

Outras atividades de ensino podem ser consideradas mediante aprovação da Comissão de Estágio.

### **SEÇÃO III**

#### **DA ESTRUTURAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

Todas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio devem ser relatadas em um Relatório Final, do qual devem constar:

1. Apresentação: Situar a disciplina e a discussão teórica de base, de acordo com o tema selecionado e desenvolvido. Ex: Produção escrita – Ortografia - Dificuldades da aprendizagem em LP - Avaliação em leitura etc.; local de realização do estágio, objetivos previamente traçados; como a proposta foi elaborada, dificuldades encontradas no início do estágio e como foi possível seguir o planejamento, etapas da atividade programada e as adaptações que foram feitas.

2. Caracterização da escola - Dados Gerais:

a) Identificação da Escola: Campo de estágio (nome completo da escola; localização; níveis e modalidades de ensino; turnos de funcionamento).

b) Instalações da Escola: Infraestrutura e recursos materiais (Biblioteca-dimensões, acervo, capacidade, uso, tipo de atendimento; Sala de informática e recursos tecnológicos; distribuição dos espaços e serviços de apoio).

c) Organização do trabalho escolar: Calendário escolar; Horários de funcionamento; Índices de evasão e repetência.

d) Prática Sócio-Político-Pedagógica: Identificar a existência de projetos e/ou programas em desenvolvimento; planejamento: como é feito, quem participa; entrevista com representantes da direção, coordenadores, professores.

3. Diário de Campo: Descrição e reflexão sobre o trabalho desenvolvido – observação ou regência - registrando os conteúdos abordados, as metodologias, as estratégias adotadas e as avaliações empregadas, as datas de realização e os tipos de atividades observadas e/ou desenvolvidas.

4. Análise de dados e produtos de aprendizagem: Relatório que pode ser feito por grupo de atuação (mais ou menos quatro a oito alunos que se revezam nas atividades na Escola). Nessa parte do Relatório, cada aluno ou dupla desenvolve a análise de um produto, resultado do trabalho desenvolvido na Escola: versões de textos, manuscritos, comparação de atividades etc., tendo como base teórica os conceitos discutidos na disciplina e no curso.

5. Considerações finais: O aluno pode abordar questões, tais como a importância do estágio para a formação; dificuldades encontradas e como elas foram superadas; e

sugestões para a melhoria do ensino e da aprendizagem naquele contexto do estágio.

6. Referências: Autores citados no relatório e nas notas de rodapé.

7. Anexos: Material didático usado pelo professor; produção dos alunos durante as aulas ou atividades do período de estágio; registro fotográfico, entre outros materiais ou documentos.

#### **SEÇÃO IV DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO**

Art. 18º – Para a avaliação do Estágio Curricular Supervisionado serão consideradas as seguintes atividades:

I. Apresentação dos Planos de Estágio Supervisionado nos prazos estipulados;

II. Frequência às reuniões de supervisão entre o professor supervisor de Estágio e o(a) estagiário(a);

IV. Apresentação do Relatório Final de Estágio, nos quais deverão constar as atividades desenvolvidas e as avaliações anteriores, após a conclusão de todas as etapas, ao professor supervisor;

V. Participação como ouvinte dos relatos de colegas estagiários no Seminário de Socialização;

VI. Apresentação oral dos resultados no Seminário de Socialização de Estágio, coordenado pelo Professor supervisor de Estágio.

Parágrafo único: O estudante que deixar de participar do Seminário de Socialização deverá, mediante a apresentação de justificativa ao Coordenador de Estágio Supervisionado, agendar sua apresentação para o evento seguinte.

Art. 19º – A avaliação de desempenho do(a) estagiário(a), nas diferentes fases dos Estágios de Línguas Portuguesa, Inglesa, Espanhola e Francesa, é feita pelo

professor supervisor que deve considerar:

- I. o compromisso e a participação nas atividades propostas;
- II. a interlocução e postura colaborativa com o professor supervisor;
- III. o desempenho nas atividades pedagógicas;
- IV. a capacidade de diagnosticar problemas e propor soluções para situações surgidas no ambiente escolar;

§1º Em cada etapa da avaliação, serão utilizados instrumentos específicos elaborados pelos professores supervisores e aprovados pela Comissão de Estágio Supervisionado.

§2º - A nota final referente aos Estágios Supervisionados de Licenciatura em Língua Portuguesa, em Língua Inglesa, em Língua Espanhola e em Língua Francesa deverá ser composta considerando as notas parciais do aluno obtidas quando da realização dos Estágios.

§3º - O Relatório Final do Estágio Supervisionado deverá ser elaborado de acordo com as normas vigentes adotadas pela Comissão de Estágio Supervisionado.

§4º - O Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado deverá ser composto pelos relatórios parciais desenvolvidos em cada uma das etapas dos Estágios.

§5º - O Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado deverá conter as assinaturas do estagiário e do seu professor supervisor de Estágio.

Art. 20º - O não cumprimento do previsto nos Artigos desta Resolução implica reprovação do(a) estagiário(a) em Estágio Supervisionado e na obrigatoriedade de realização de um novo estágio.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 21º – O desenvolvimento das atividades de Estágio prevê as seguintes



modalidades:

I – Observação - destinada a levar o estudante à tomada de contato com a realidade educacional, especialmente nas situações que envolvem professor-aluno, bem como elaboração de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares.

II – Regência - destinada a permitir ao(à) estagiário(a) ministrar aulas, aplicar um projeto de intervenção ou outra atividade acerca do processo de ensino e aprendizagem, sob orientação e supervisão do Professor de Estágio.

III – Participação - realizada para permitir ao estudante tomar parte como cooperador em aulas e em outras atividades educativas definidas pelo Professor de Estágio Supervisionado.

Art. 22º – Em acordo com o parecer CP/CNE 028, de 02/10/2001, em caso de aluno em efetivo exercício da atividade docente na educação básica, a carga horária total do semestre poderá ser reduzida, no máximo, em até 50%.

I – o aluno atuando como docente no Ensino fundamental ou Médio, em escola reconhecida pelo MEC/Secretaria da Educação, deverá apresentar à Comissão de Estágio Supervisionado documentação comprobatória descrevendo plano de curso e especificando as atividades e a carga horária.

II – as atividades do monitor em escolas públicas de Alagoas só serão consideradas se o(a) estagiário(a) desenvolver projeto ou atividades na sua habilitação ou área de atuação.

Art. 23º – O(A) estagiário(a) deverá concluir cada estágio em um semestre letivo.

Art. 24º – Nos termos da legislação vigente, o estágio supervisionado obrigatório para qualquer habilitação da Faculdade de Letras, não cria vínculo empregatício.

Art. 25º – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Estágio Supervisionado da Faculdade de Letras.

Art. 26º – A presente Resolução terá vigência após aprovação pelo Conselho da

Faculdade de Letras.

Art. 27º – Esta Resolução poderá ser alterada a qualquer tempo, caso a Comissão de Estágio julgar necessária, e/ou a pedido de um grupo de professores e mediante a apresentação e a aprovação do Colegiado e do Conselho do Curso da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas - *Campus* A.C. Simões.  
Miniauditório Heliônia Cêres – FALE, em 15 de maio de 2012.

Profa. Dra. Eliane Barbosa da Silva  
Diretora da FALE  
Presidenta do Conselho da FALE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



## CARTA DE RECEBIMENTO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Eu, \_\_\_\_\_, responsável por este estabelecimento de ensino, recebi do(a) aluno(a) \_\_\_\_\_ um exemplar do Relatório de Estágio Supervisionado contendo informações, descrições e análises do estágio realizado neste semestre.

Maceió, \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura do responsável

\_\_\_\_\_  
carimbo da escola



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



## CARTA DE APRESENTAÇÃO DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

Maceió, 14 de fevereiro de 2011.

**Ao  
Ilmo(a). Sr(a) Diretor(a)**

Assunto: Apresentação de estagiário

Prezado(a) Senhor(a),

Apresentamos \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ V. \_\_\_\_\_ S.a,  
\_\_\_\_\_, aluno(a) regularmente matriculado no Curso de Licenciatura em Letras/Inglês da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, para o desenvolvimento de atividades de estágio supervisionado nesta unidade de Ensino.

Atenciosamente,

**Profa. Dra. Ana Maria Gama Florêncio  
Responsável pelo Estágio Supervisionado  
FALE – UFAL**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



## CARTA DE ACEITE

O(A) aluno(a) abaixo designado(a) está credenciado(a), por esta Instituição de Ensino a solicitar nessa Unidade a devida autorização para o período de estágio, declarando submeter-se a todas as determinações legais.

Maceió, 1 de setembro de 2011.

\_\_\_\_\_  
 Profa. Ma. Rosangela Oliveira Cruz Pimenta  
 Responsável pelo Estágio Supervisionado  
 FALE – UFAL

Aluno(a)	_____
E-mail _____	telefone _____
Endereço _____	CEP _____

Escola	_____
Endereço _____	
Bairro _____	CEP _____ Telefone _____
Nome do(a) Diretor(a) _____	

### AUTORIZAÇÃO DO(A) DIRETOR(A)

Eu, \_\_\_\_\_, responsável pelo estabelecimento de ensino, autorizo o estágio solicitado pelo(a) aluno(a) acima designado(a).

Maceió, \_\_\_\_\_ de 2011.

\_\_\_\_\_  
 Carimbo e assinatura do responsável

\_\_\_\_\_  
 Carimbo da escola